



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS HERÓIS DO JENIPAPO CURSO DE LICENCIATURA
EM PEDAGOGIA**



FRANCISCA KEILANE DA SILVA COSTA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SEUS
CONTRIBUTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**CAMPO MAIOR
2024**

FRANCISCA
KEILANE DA
SILVA COSTA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SEUS CONTRIBUTOS
NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora como requisito
parcial obrigatório para a obtenção do
título de pedagoga.

Orientadora: Prof^a. Ma^a Marina Marcos
Costa

FRANCISCA KEILANE DA SILVA COSTA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SEUS CONTRIBUTOS
NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora como requisito
parcial obrigatório para a obtenção do
título de pedagoga.

Orientadora: Prof^a. Ma. Marina
Marcos Costa

Monografia aprovada em ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Me. Marina Marcos Costa
(Orientadora)

Profa. Dra. Maria de Jesus Queiroz Alencar
(Examinadora 1)

Prof. Dra. Telma Cristina Ribeiro Franco
(Examinador 2)

Nelson Mandela: “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ser meu alicerce e me fortalecer nesse processo difícil e cheio de obstáculos. Agradeço à Nossa Senhora por acalmar meu coração em todos os momentos. Nesse período, pude contar com pessoas incríveis que fizeram essa jornada ser mais tranquila, que me deram palavras e abraços como forma de conforto e carinho, por isso dedico esses agradecimentos a vocês:

Aos meus pais, Elizete Barbosa da Silva Costa e Antônio Januário Costa; aos meus irmãos Adelane Januário da Silva Costa e Antônio Gustavo da Silva Costa, e ao meu sobrinho Gabriel Jesus da Silva Costa por acreditarem em mim, por serem meu alicerce e por me ajudarem nesse processo contribuindo de diversas formas para que eu permanecesse no curso. Todo esse esforço contribuiu para que eu conseguisse alcançar esse objetivo; todo o meu esforço foi por vocês, amo cada um intensamente.

Agradeço ao meu namorado Luan Matheus da Silva Santana, por ser minha calmaria nos momentos difíceis, por me incentivar a nunca desistir da universidade e por me ajudar em tudo que eu precisava, por muitas vezes enxugar minhas lágrimas e me abraçar nos momentos de crises. Você foi de suma importância para que eu pudesse chegar até aqui, amo você.

Ao meu tio Antônio Junior e sua filha Antonia Rafaela por sempre estarem dispostos a me ajudar em qualquer momento que eu precisasse, por me incentivarem a nunca desistir e contribuírem para que eu permanecesse em meu curso.

Às minhas madrinhas Lourdes Lira Costa, Francisca Fernandes Lira Costa e minha amiga Fabiana Fernandes Lira Costa por desde o começo sempre me ajudarem, com apoio emocional, com transporte e na produção dos trabalhos.

Aos meus amigos e companheiros de sala, Nayrana Soares Braga e Silva, Iago Rhuã Ribeiro Silva, Luiz Eduardo Meneses de Sousa, Maria Kawanna de Jesus Tavares, Neimara Marques Martins, Ana Bruna Silva Brito, Cristiane de Sousa Morais e Aurilene Sobrinho Brito, obrigada, por esses anos de amizade e por fazerem os anos de universidade serem os melhores possíveis, por sempre estarem dispostos a me ajudar, por ajudarem a tornar essa jornada mais aconchegante, alegre e divertida.

Agradeço à minha orientadora Profª Me. Marina Marcos Costa por toda a confiança e apoio. Obrigada por me ajudar, por acreditar no meu potencial e cobrar bastante de mim, apenas por acreditar que sou capaz. Obrigada, por compartilhar comigo seu conhecimento.

Agradeço também de coração a Profª Dra. Suênya Marley Mourão Batista por toda ajuda, compreensão, dedicação, não somente comigo, mas, com todos os alunos, obrigado por

acreditar no nosso potencial e por sempre estar conosco, nos ajudando e falando palavras de conforto.

Agradeço também a Prof^a Me. Samara Borges da Silva por ter participado da minha banca de pré-projeto e ter feito contribuições significativas para que meu trabalho melhorasse e se desenvolvesse, você foi essencial nesse processo.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para esse trabalho e toda minha jornada na Uespi acontecesse de forma mais tranquila e alegre, obrigado de coração!

RESUMO

Este estudo analisou como a educação inclusiva é implementada em sala de aula e como os professores (a) desenvolvem práticas inclusivas com crianças com deficiência. A investigação abrangeu aspectos históricos da educação inclusiva, do ensino aprendizagem de crianças com deficiência, da formação de professores no âmbito da educação inclusiva e as práticas inclusivas nas escolas. Com isso buscou-se responder o questionamento: quais os contributos da formação de professores nas práticas pedagógicas inclusivas? Esta pesquisa teve como objetivo geral: compreender os contributos da formação inicial de professores nas práticas pedagógicas para uma educação inclusiva. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa qualitativa, exploratória e de campo, envolvendo análise documental, teoria, entrevistas semi-estruturadas e observação sistemática. O estudo contou com contribuições de diversos autores, incluindo Aranha (2005), Freire (1986, 1991, 2001, 2003, 2004, 2005), Libâneo (1990, 1994, 2005), Mantoan (2003), Martins (2009, 2012), Mazzotta (2005), Miranda; Galvão Filho (2012), Santos; Barbosa (2016), Silva; Garcez (2019), entre outros autores citados na obra. A pesquisa foi realizada com duas professoras da rede municipal de ensino de Campo Maior-PI. Através dessa pesquisa constatou-se que o cenário educacional precisa de mudanças significativas no que diz respeito à educação inclusiva e ao ensino de crianças com deficiência, e a escola é a melhor para que se possa desenvolver essa inclusão. Evidencia-se que apesar dos desafios enfrentados, pelos alunos, professores e toda comunidade educativa, a educação inclusiva é de suma importância, é incontestável para a promoção da equidade na educação e na sociedade.

Palavras chaves: Educação Inclusiva; Deficiência; Formação; Professores.

ABSTRACT

This study analyzed how inclusive education is implemented in the classroom and how teachers develop inclusive practices with children with disabilities. The research covered historical aspects of inclusive education, teaching and learning of children with disabilities, teacher training in the scope of inclusive education, and inclusive practices in schools. With this we sought to answer the question: What are the contributions of teacher training in inclusive pedagogical practices? This research had the overall objective: understand the contributions of initial teacher training in pedagogical practices for inclusive education. As methodological procedures, a qualitative, exploratory, and field research approach was employed, involving document analysis, theory, semi-structured interviews, and systematic observation. The study drew on contributions from various authors, including Aranha (2005), Freire (1986, 1991, 2001, 2003, 2004, 2005), Libâneo (1990, 1994, 2005), Mantoan (2003), Martins (2009, 2012), Mazzotta (2005), Miranda; Galvão Filho (2012), Santos; Barbosa (2016), Silva; Garcez (2019), among others cited in the work. The research was carried out with two teachers from the municipal school system in Campo Maior, Piauí. Through this research it was found that the educational landscape requires significant changes regarding inclusive education and teaching children with disabilities. It is clear that despite the challenges faced by students, teachers, and the entire educational community, inclusive education is of paramount importance and is indisputable for promoting equity in education and society.

Keywords: inclusive education; deficiency; training; teachers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE- Atendimento Educacional Especializado
APAE - Associação de Amigos e Pais dos Excepcionais
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CEP - Comitê de Ética e Pesquisa
CAP- Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual
CEEDV- Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais
CDPD- Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
CNE - Conselho Nacional de Educação
DUA – Desenho Universal Para a Aprendizagem
EAD – Ensino a Distância
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
IBC - Instituto Benjamin Constant
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS- Língua Brasileira de sinais
MEC- Ministério da Educação e Cultura
ONU - Organização das Nações Unidas
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência
PPP - Projeto Político Pedagógico
PNE- Plano Nacional de Educação
PNEE - Política Nacional de Educação Especial
PRP - Programa Residência Pedagógica
SD- Síndrome de Down
SECADI- Secretaria de educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEMESP - Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
TA - Tecnologia Assistiva
TDAH- Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade
TCLE - Termo de consentimento Livre Esclarecido
TEA- Transtorno do Espectro Autista
UESPI - Universidade Estadual do Piauí
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	12
2.1 A educação inclusiva no Brasil: Um breve contexto histórico	13
2.2 O Ensino-aprendizagem de alunos com deficiência	17
2.3 A formação de Professores no Âmbito da Educação Inclusiva de Pessoas com Deficiência	26
2.3.1 Formação Inicial	28
2.3.2 Formação Continuada	35
2.4 Práticas pedagógicas inclusivas nas escolas	38
2.4.1 AEE	39
2.4.2 Recursos e material pedagógico	40
3.4.3 Tecnologia Assistiva	41
4.4.5 Acompanhante Escolar	42
3 METODOLOGIA	43
3.1 Tipo de pesquisa quanto a abordagem	43
3.2 Tipo de pesquisa quanto aos objetivos	44
3.3 Tipo de pesquisa quanto ao tipo de estudo	44
3.4 Cenário de pesquisa	45
3.5 Participantes da pesquisa	45
3.6 Coleta de dados	45
3.7 Cuidados ética	46
4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRÁTICA PEDAGÓGICA: O OLHAR DOS PROFESSORES	46
4.1 Perfil dos participantes	47
4.2 Formação de professores no âmbito da educação inclusiva	48
4.3 Concepções docentes sobre educação inclusiva	54
4.4 Práticas pedagógicas de professores que atuam com alunos com deficiência: recursos edesafios	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
APÊNDICE A – ROTEIRO DA PESQUISA DE CAMPO	72

A educação inclusiva vem sendo uma pauta muito discutida nos anos atuais, pois foi há pouco tempo que foram criadas leis que abrangem crianças com deficiência e que estas tivessem direito a educação em escolas regulares. O Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, garante que a educação é direito de todos, portanto, todas as crianças, sejam elas com deficiência ou não, têm o direito de uma educação de qualidade e permanência nas escolas de ensino normal (Brasil, 1988).

O papel da formação de professores em realizar práticas pedagógicas para uma educação inclusiva é de suma importância, pois o professor tem que ter as habilidades necessárias para ensinar esses alunos o docente não tem uma formação adequada, com cursos especializados na área de educação inclusiva e formação continuada, essas práticas trás consequências para o desenvolvimento dessas crianças isso é importante ter uma educação continuada, pois, a partir dela, o professor estará sempre atualizado das ações que poderá realizar em sala para que esses alunos compreendam e se desenvolvam melhor dentro e fora do ambiente escolar.

Vale ressaltar que o desenvolvimento de toda criança é diferente uma da outra, cada criança tem o seu tempo de se desenvolver diante disso, é necessário que se repense as atividades realizadas com pessoas com deficiência, pois elas precisam de um cuidado maior por parte do professor na hora de realizar as atividades. Em função disso, a Educação Inclusiva, conforme prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB), assegura aos alunos no Art.59 Inciso III, que os “professores tenham especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996).

A formação continuada amplia e melhora os conhecimentos dos professores, pois a partir dela é possível criar um ambiente educativo, onde os educadores possam discutir sobre incertezas e dúvidas que se têm da escolarização proporciona uma melhor aprendizagem na área, traz novos conhecimentos para serem realizados em sala, com o intuito de aperfeiçoar os conhecimentos e desenvolver em alunos com deficiência novas formas de aprendizagem.

Há vários desafios que os professores enfrentam para que sejam realizadas práticas pedagógicas de qualidade para essas crianças. É notório perceber que muitas escolas não recebem materiais inclusivos, ou seja, as alunos deficientes não adquirem materiais que facilitem sua aprendizagem, hoje em dia existem muitos recursos e aparelhos que facilitam o desenvolvimento dessas crianças, mas infelizmente, as escolas ainda não proporcionam esses “objetos” para esses alunos, dificultando também o trabalho do professor, tanto os professores

como os alunos enfrentam esses desafios, pois a escola e o governo não promovem os recursos necessários.

Há também outras leis e decretos como o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), a Lei nº 10. 436 de 2002, o Decreto nº 7. 611 de 2011, entre outras, que asseguram que os alunos com deficiência tenham uma melhor educação para se desenvolver em sala, garantindo a preparação de professores para que se tenha inclusão por meio da formação profissional. A LDB de 1996, lei nº 9.394, no art. 58 entende como educação especial, considerando as normas previstas por essa lei, que alunos com deficiência tenham direito ao processo de educação no ensino regular por meio do Atendimento Educacional Especializado-AEE e a disponibilidade de vagas para alunos com deficiência, com a finalidade de garantir a esses alunos, o alcance à educação de qualidade e condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1996).

Diante desse contexto, essa pesquisa tem como questão problema: quais os contributos da formação de professores nas práticas pedagógicas inclusivas? E, como questões norteadoras: como a formação inicial de professores contribui para as práticas inclusivas nas escolas? Como a formação continuada de professores pode aperfeiçoar práticas inclusivas na escola? E, quais os principais desafios e possibilidades nas práticas pedagógicas inclusivas?

Para isto, este estudo tem como objetivo geral: compreender os contributos da formação inicial de professores nas práticas pedagógicas para uma educação inclusiva. A inclusão escolar requer uma mobilização de mudanças dentro das escolas e na realização de suas práticas pedagógicas para que se possa acolher todo o público escolar presente na escola e sempre buscar novas relações educativas, a fim de estabelecer novos sentidos e novas formas de organização curricular, metodológica e avaliativa. Quanto aos objetivos específicos, esta pesquisa pretende: contextualizar a formação de professores no âmbito da educação inclusiva; compreender as concepções dos professores sobre educação inclusiva, e; verificar as práticas pedagógicas de professores que atuam com alunos com deficiência, os recursos utilizados e os desafios enfrentados por esses professores.

O interesse por essa temática se justifica a partir de uma análise realizada dentro do Programa Residência Pedagógica, onde surgiu a necessidade de conhecer como é realizada a formação do professor para a realização de práticas pedagógicas para alunos com deficiência e qual a importância desta formação para o desenvolvimento de um ensino de qualidade.

A relevância desta pesquisa está em informar para professores, a importância da realização de práticas pedagógicas adequadas, possibilitando a pessoa com deficiência a adquirir com mais facilidade as atividades realizadas na escola com o intuito de melhorar o seu desenvolvimento. No contexto social, essa pesquisa contribui para a conscientização que se refere às necessidades educacionais especiais como a formação de professores específica com o intuito de que a inclusão se efetive na escola e fora dela. A pesquisa proporciona também o interesse de estudantes e demais a produzirem artigos científicos relacionados com essa temática e tem o intuito de mostrar a todos a importância da formação continuada e de práticas adequadas.

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa da análise de entrevista e observação. A fundamentação teórica está dividida em 4 tópicos e 6 subtópicos dos quais são eles: 1- A educação inclusiva no Brasil: Um breve contexto histórico; 2Ensino-aprendizagem de alunos com deficiência; 3- A formação de professores no âmbito da educação inclusiva de pessoas com deficiência, tendo como subtópicos (Formação Inicial e Formação Continuada); 4- Práticas pedagógicas inclusivas nas escolas, com os subtópicos (AEE, Recursos e materiais pedagógicos, tecnologia assistiva e acompanhamento escolar).

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A seguir são apresentados quatro tópicos que falam a respeito da educação inclusiva. O primeiro tópico traz a Educação inclusiva no Brasil: um breve contexto histórico, no qual aborda alguns marcos importantes da educação inclusiva de 1864 até os tempos atuais. O segundo tópico aborda o ensino-aprendizagem de alunos com deficiência, esse tópico é iniciado com os transtornos e síndromes no qual é explicado a algumas síndromes e transtornos e, em seguida, é falado a respeito do desenvolvimento humano, metodologias inclusivas, gestão escolar, tecnologia assistiva e a respeito da universalização do currículo. O terceiro tópico fala sobre a formação de professores no âmbito da educação inclusiva e dentro desse tópico tem dois subtópicos: o primeiro fala sobre a formação inicial e o outro sobre a formação continuada. E, por último, um tópico trata das práticas pedagógicas inclusivas nas escolas, ou seja, traz de início que o modelo educacional precisa ser melhorado, fala a respeito do desenho universal para a aprendizagem (DUA) e aborda também o AEE, que são formas de aprendizagem para pessoas com deficiência.

2.1 A educação inclusiva no Brasil: Um breve contexto histórico

No Brasil praticamente não se discutia a respeito da educação inclusiva até a década de 1850, ou seja, essas pessoas eram excluídas praticamente da sociedade e da educação. Ainda no século XIX, Dom Pedro II concretizou a primeira providência para mudar este contexto, isso aconteceu precisamente no dia 12 de setembro de 1864. Nesta data, foi sancionado o decreto imperial nº 1.428, Dom Pedro II foi quem fundou na cidade de Rio de Janeiro o imperial Instituto dos Meninos Cegos, com a influência de Couto Ferraz, Dom Pedro II, criou esse instituto, que inaugurou-se em 17 de setembro de 1854, cinco dias depois de sua criação, esse instituto foi dirigido pelo Dr. Xavier Sigaud (Mazzotta, 2005).

Em 1857 foi criado o “Instituto dos Surdos Mudos, (hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos)” (Aranha, 2005). No decreto nº 1.320, em 24 de janeiro de 1891, o Instituto dos Meninos Cegos passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC), por causa do professor de matemática e ex-diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Em 1882 com um grande público de surdos e mudos, era necessário se criar medidas para que essas pessoas tivessem uma educação de qualidade, com a instalação do IBC e do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), começou-se a abrir oportunidades para se discutir a educação especial no 1º Congresso de Instrução Pública em 1883, requisitado pelo imperador em dezembro de 1882. Na ocasião, foi ressaltado que era necessário se criar um currículo de formação de docentes para cegos e surdos e foram depois destinados recursos para iniciar essa ação (Mazzotta, 2005).

O autor Mazzotta (2005) ressalta em sua obra que a partir de 1900, foram publicados trabalhos sobre educação especial relacionados à deficiência mental que foram de suma importância para alavancar os estudos e pesquisas a respeito da educação inclusiva. Foi daí em diante que foram criadas leis e decretos que asseguravam a educação de pessoas com deficiência.

Ainda no século XIX, foram criadas algumas instituições privadas e de caráter assistencial, como o Instituto Pestalozzi e a Associação de Amigos e Pais dos Expcionais (APAE), (Aranha, 2005). Essas instituições tinham como alvo, pessoas com deficiência intelectual, que eram totalmente excluídas do sistema educacional. Houve também outras iniciativas, como a criação de classes especiais para pessoas com deficiências, essas classes funcionavam em escolas comuns e tinham o intuito de atender grupos pequenos de “alunos-problema” sendo assim, descartavam estudantes que possuíam baixo rendimento escolar e

cresciam os índices de reprovação sob o rótulo de “deficientes” (Bueno, 1993 apud Aranha, 2005).

Depois da Segunda Grande Guerra, a Carta das Nações Unidas foi divulgada ao público, mantendo assim o seu compromisso com os direitos humanos e liberdades fundamentais, mas, por conta da violência dos narcisistas, foi necessário tomar novas medidas, e criou-se um novo documento mais forte, que pudesse validar o direito estipulado pelas nações. E, foi a partir disso, que surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tinha como objetivo estabelecer a educação para todos. O ano de 1981 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional da pessoa deficiente, trazendo assim esse tema para ser discutido em todo o mundo (Silva; Garcez, 2019).

Em 1990 foi criada a Declaração de Jomtien, esta aconteceu na cidade de Jomtien, que fica localizada na Tailândia, ao unir esforços com entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Conferência Mundial sobre Educação para Todos elaborou um documento que permaneceu conhecido como Declaração de Jomtien. A Declaração convoca os países signatários a implementarem um plano de ação na década de 1990- 2000, ampliando investimentos na educação básica e fortalecendo o combate à evasão escolar (Silva; Garcez, 2019).

A educação inclusiva começou a surgir depois de muitas organizações, leis que favoreciam essas pessoas uma caminhada longa de muitas lutas. O marco que deu início a essa luta e ao processo de inclusão, foi o decreto de Salamanca (1994), e a LDB/96, estes documentos deram início a esse processo de inclusão e foram de suma importância para se ter as conquistas de hoje em dia (Silva; Garcez, 2019).

A declaração de Salamanca (1994, p. 01) diz em seu decreto que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”, ou seja, essa lei promulga a inclusão de todas as crianças que não estão obtendo benefícios na escola, não importa a razão, todas têm o direito de ter permanência na escola de ensino regular e com a educação necessário, para que se tenha uma aprendizagem de qualidade.

A presente Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais foi aprovada pela Conferência Mundial sobre **Necessidades Educativas Especiais**[...]. Seu objetivo é definir a política e inspirar as ações dos governos, de organizações internacionais e nacionais de ajuda, de organizações não-governamentais e de outros organismos na aplicação da **Declaração de Salamanca, de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais** (BRASIL, 1997, p.17, grifo do autor).

Nesse sentido, a Conferência Mundial tinha o objetivo de fazer com que a declaração de Salamanca tivesse recursos necessários para promover educação para todas as crianças, fazendo com que as organizações nacionais e internacionais ajudassem na aplicação da declaração de Salamanca. Na Constituição Federal de 1988, é determinado aos portadores de deficiência, algumas garantias para que se incluam dentro do ambiente escolar, na Constituição além de apresentar o direito a todos, existem alguns dispositivos especificamente relacionados e que asseguram direitos a esse público brasileiro, como é frisado nos artigos 206 e 208 da Constituição de 1988. (Mazzotta, 2017).

A LDB/96 afirma no Art. 58. “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 1996), ou seja, esse artigo assegura aos alunos com deficiência o direito de estudar em escolas de ensino regular, possibilitando a eles uma educação de qualidade e com o intuito de fazer deles cidadãos e possibilitando uma educação que lhe proporcione pensamento crítico.

Compreende-se que a educação inclusiva no Brasil cresceu gradativamente desde que deram início às leis e decretos que asseguravam esses alunos. A partir de 2003 subiu o número de alunos com deficiência matriculados em escolas de ensino regular, sendo elas públicas e privadas.

No ano de 2006, foi publicada em Nova York a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Esse documento foi considerado um marco bastante importante nas lutas relacionadas à educação especial. O artigo I diz que: “O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (Brasil, 2006, p. 16).

Infelizmente a educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta grandes desafios a respeito da inclusão de alunos com deficiência, principalmente quanto a estrutura das escolas, a formação inadequada de professores, o preconceito por parte da sociedade, a falta de recursos necessários para a aprendizagem desses alunos, a falta de salas de recursos multifuncionais e também a falta de investimento por parte das autoridades maiores. Por conta disso muitas famílias preferem colocar suas crianças para estudar em escolas de educação especial, como a: (APAE), Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV), Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), Atendimento Educacional Especializado (AEE), entre outras escolas. Para os pais dessas crianças com deficiência essas escolas de educação especial darão aos seus filhos mais “proteção”, pois lá

elas se sentiriam mais à vontade e seria mais difícil ter problemas com *bullying* e/ou preconceito. Nesse contexto, estão sendo implementadas e reformuladas cada vez mais as leis para que pessoas com deficiência tenham uma melhor aprendizagem.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146, de Junho de 2015 em seu Art.1º “é destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”, essa lei é importante para as pessoas com deficiência, pois tem como principal objetivo assegurar os direitos das pessoas com deficiência, visando uma melhoria em relação à igualdade de oportunidades e inclusão em todo o contexto social.

Aconteceram algumas mudanças na legislação nos últimos anos, foram registrados no ano de 2019 o decreto nº 9.465 de 2 de janeiro que criou a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, que substituiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), (Brasil, 2019). Nesse decreto a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) - MEC, tem como objetivo no Art.29:

I - planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino e as representações sociais, a implementação de políticas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos. II - viabilizar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização de crianças, jovens e adultos; III - coordenar a elaboração de currículos e material para a implementação de métodos de alfabetização de comprovada eficácia; IV elaborar e fomentar, em articulação com a Secretaria de Educação Básica, programas de formação de professores alfabetizadores; V - promover e apoiar programas e ações de incentivo à leitura e à escrita;” dito isso, essa oferece a todos incluindo alunos com necessidades especiais garantia de uma melhor educação daqui para frente (Brasil, 2019).

Os incisos do art.29 do decreto nº 9.465 fala que a SEMESP deve entrar em consenso com o sistema de ensino e as representações sociais e disponibilizar recursos e outras ações a respeito da criação de políticas públicas para que se possa implementar na alfabetização novas formas e recursos para ensinar a todos, e dessa forma fazer com que todas as crianças, jovens e adultos tenham uma educação que todos sejam alfabetizados.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, estabelece em suas metas a universalização da educação inclusiva e especial até 2024. O PNE diz na meta 4 que pretende:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de

sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Nesse sentido o PNE tem como objetivo disponibilizar atendimento educacional especializado para alunos com deficiência em escolas de ensino regular e a disponibilidade de recursos necessários para que essa universalização se efetive. Por meio do decreto de 30 de setembro 2020, decreto nº 10.502/2020 foi instituído a nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE) pela presidência, a educação inclusiva no Brasil foi prejudicada, pois esse decreto tem como finalidade ingressar crianças e adolescentes com deficiência em classes e instituições especializadas, ou seja, o decreto discrimina ao prever que crianças sejam avaliadas para saber se precisam ou não está em escola comum, sendo assim invalidam essas crianças e adolescentes de estudarem em escolas de ensino regular. Dessa forma, o decreto 10.502/2020 acaba com mais de 30 anos de lutas para que exista inclusão nas escolas (Brasil, 2020).

Visto isso, a educação inclusiva no Brasil pode enfrentar sérios problemas em relação a inclusão de alunos na rede regular de ensino, pois com esse novo decreto, as crianças e adolescentes poderão ter dificuldade de estudar em escolas de ensino regular, tornando assim a exclusão desses alunos e provocará o aumento do preconceito por parte da sociedade.

De acordo com a autora Allene Lage (2013), foram preciso muitas lutas para que as pessoas da educação inclusiva tivessem seus direitos respeitados, os movimentos sociais tiveram impactos positivos na conquista por direito à educação de qualidade para pessoas com deficiência e o público em geral da educação inclusiva. É notório que é necessário muitas lutas pela frente para que as autoridades mantenham esses direitos e proporcionem mais leis que possam contribuir para a aprendizagem de qualidade dessas crianças e manter essa qualidade de ensino.

2.2 O Ensino-aprendizagem de alunos com deficiência

Para abordar esse tópico, é necessário primeiro apresentar um breve resumo a respeito dos transtornos e síndromes e sobre o desenvolvimento humano. Os transtornos estão ligados diretamente à saúde mental, causando incômodo nas pessoas que o possuem, os transtornos causam nos pacientes o comprometimento das ações do dia a dia e de sua personalidade causando bastante sofrimento ou incapacidade para realizar certas “atividades”.

Um dos transtornos mais conhecidos é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o autismo é considerado recente, pois somente foi mencionado no ano de 1940. “Basicamente, os sintomas que caracterizam esse transtorno são o desenvolvimento prejudicado na interação

social e na comunicação, acompanhado de repertório mais ou menos restrito de atividades e interesses” (Silva; Garcez, 2019, p. 49). Apesar de ser um transtorno descoberto há pouco tempo, existem muitos artigos, livros, trabalhos relacionados e é muito pesquisado, mas, não se sabe ao certo ainda sua origem. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, [s.p.]) define o autismo é como:

Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.

De acordo com a citação acima, pessoas com autismo têm dificuldade em se comunicar com outras pessoas. Atualmente as diretrizes das políticas educacionais brasileiras, em concordância com as normas internacionais, todos os alunos com autismo têm o direito de estudar em escolas de ensino comum, e ter uma educação e aprendizagem de acordo com suas especificidades, dessa forma essas crianças ao conviver com as outras e com a escola se apropriaram de conhecimentos que melhoraram seu desenvolvimento, principalmente em relação a se comunicar e a organização (Silva; Garcez, 2019).

O Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) refere-se a pessoas que possuem dificuldade em socializar, enfrentam vários problemas e dificuldades emocionais, pois eles têm dificuldade no relacionamento afetivo, seja com pais, irmãos, amigos entre outros. Esse transtorno causa nas crianças: hiperatividade, impulsividade e desatenção (Santos; Barbosa, 2016). Nesse sentido, acabam tendo dificuldade na escola e má aquisição de conhecimentos. De acordo com o autor Rohde e Benczik (1999, p.39,) o TDAH é: “O Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, que passaremos a chamar apenas pela sigla TDAH, é um problema de saúde mental que tem três características básicas: a desatenção, a agitação (ou hiperatividade) e a impulsividade”. Nesse sentido a ABDA define o TDAH como:

O Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. Ele é chamado às vezes de DDA (Distúrbio do Déficit de Atenção). Em inglês, também é chamado de ADD, ADHD ou de AD/HD (ABDA, 2013, s/n).

Dessa forma, crianças com TDAH possuem uma dificuldade em se comunicar com as pessoas e às vezes acabam sendo agressivas se não tiverem acompanhamento com

psicólogo e psicopedagoga e essa condição acaba dificultando a aprendizagem e adaptação na escola e no convívio social.

As Altas Habilidades/Superdotação refere-se às pessoas que têm uma inteligência fascinante fora do normal. Quando se trata de crianças, essas habilidades são percebidas de acordo com o desenvolvimento delas, ou seja, crianças com altas habilidades/superdotação, são aquelas precoces, que apresentam habilidades que não condizem com sua faixa etária, seu desenvolvimento acontece mais rápido do que os demais, essas crianças começam, a falar, ler, andar, desenvolver e criar objetos com facilidade. Tem crianças com essa condição que começam a ler com 3 anos de idade, o que torna ela uma criança “superdotada” (Silva; Garcez, 2019).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, [s.p.]) Apresenta a definição a seguir:

Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

A definição apresentada retrata que pessoas com habilidades/superdotação são pessoas que possuem um grau altíssimo de inteligência e conseguem se sobressair em muitas áreas e principalmente nas áreas de seu interesse.

Já a Síndrome de Rett é um transtorno que tem como característica o atraso mental sério ou profundo. Essa condição pode aparecer depois do quinto ao sexto mês de vida, está relacionado ao gênero feminino, e por está relacionado ao cromossomo X, ele desenvolve nas crianças “atraso no desenvolvimento motor, ausência de competências simbólicas e linguagem, microcefalia progressiva (cabeça cresce em ritmo menor que o corpo), retardo mental e psicomotor, e pode ocasionar convulsões” (Santos; Barbosa, 2016, p. 156).

Além desses há também o Transtorno Desintegrativo da Infância:

É um transtorno raro em que a pessoa apresenta sintomas semelhantes à síndrome de Rett, mas que predomina no gênero masculino, provocando regressão em múltiplas áreas após o segundo ano de vida de desenvolvimento normal. A pessoa perde funções e capacidades já adquiridas. Essa perda deve ocorrer ao menos em duas de cinco áreas que consistem em: “I- linguagem expressiva e receptiva; II- competências sociais e adaptativas; III- controle de esfincteres vesicais e/ou anais; IV- jogo; Vdestrezas motoras” (Silva; Barbosa, 2016., p. 156).

Dessa forma o Transtorno Desintegrativo acaba dificultando o desenvolvimento da criança afetando áreas que desenvolvem a fala e a escuta, dificultando a aprendizagem e o desenvolvimento inibindo essa criança de socializar e interagir com outras pessoas. Sendo assim, esse transtorno causa muitas dificuldades para que a criança tenha a educação necessária, pois ele se apresenta depois dos 2 anos de idade, e a partir daí vai fazendo a criança perder a coordenação motora, apresenta dificuldades em entender e falar.

A Síndrome de Down (SD), está relacionada a pessoas que possuem um desenvolvimento mais lento, pois essa condição está relacionada a pessoas que possuem um cromossomo a mais nas células, isso acaba causando “alterações no desenvolvimento motor, físico e intelectual” (São Paulo, 2012, p. 68). Essas pessoas também têm uma memória a curto prazo, e por conta disso acabam tendo dificuldade de desenvolver a fala. Nesse sentido, isso dificulta a aprendizagem delas, mas, essa criança precisa de todo um acompanhamento desde criança, como fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, entre outras.

O papel do professor nessa aprendizagem é de estimular nessa criança a memória, relacionando com o seu cotidiano, trabalhando a contação de histórias, usando sempre recursos visuais, atividades relacionadas ao corpo, ou seja, utilizando o esquema corporal, trabalhar também com lateralidade, espaço-tempo, trabalhar com músicas, e muitas outras formas de ensinamentos (Santos; Barbosa, 2016). Existem vários outros transtornos e síndromes como: a Deficiência intelectual (DI), Distúrbios de aprendizagem, como a Dislexia, Síndrome de Williams, Síndrome de Tourrette, entre outros.

Outro ponto importante de se falar a respeito da educação inclusiva é sobre pessoas com deficiência visual, auditiva, física e intelectual. A deficiência visual de acordo com Santos e Barbosa (2016) está atrelada a duas condições: cegueira e pessoa com baixa visão. Pessoas com deficiência visual total usam o braille como o principal recurso para aprender a ler e a escrever, já a pessoa com baixa visão usa os meios visuais para aprender, mesmo sendo necessário fazer o uso de recursos visuais, como os recursos ópticos e não ópticos, que precisam ser disponibilizados pela escola para a aprendizagem desses alunos (Santos; Barbosa, 2016).

A criança com deficiência visual, como as demais crianças, devem ser vistas conforme suas especificidades. Cada criança é um ser singular, único, com tempo e ritmos diferentes, os quais devem ser respeitados e valorizados em sua espontaneidade, em sua forma diferente de ser, de fazer, de compreender e agir no mundo. (BRASIL, 2002, p. 23).

A grande parte das crianças que nascem com deficiência visual é por conta fatores pré-natal, peri-natal, e depois do nascimento da criança, existe também as que possuem a

deficiência visual por conta de doenças hereditárias. Nesse sentido, é preciso que os pais ajudem essa criança a se adaptar e em seguida na idade certa levar essa criança para a escola para que ocorra a aprendizagem dessas crianças.

A aprendizagem de pessoas com deficiência auditiva ou surdez precisa acontecer desde os anos iniciais, pois é importante que essas crianças aprendam a se comunicar com outras crianças desde pequenas. A pessoa com surdez usa as experiências visuais geralmente para compreender e se comunicar com o mundo, fazendo o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), é por meio dessa linguagem expressiva que a criança se comunica com todos, é fundamental que todo professor saiba se comunicar através de Libras com as crianças que possuem essa deficiência, pois assim facilita a aprendizagem delas e assim elas não se sentem perdidas e excluídas da sala de aula (Santos; Barbosa, 2016).

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. (BRASIL, 2007c, p. 10).

Por tanto, essas crianças precisam ser acolhidas pela escola e desfrutar de todos os seus direitos como alunos para que se tornem adultos com pensamentos críticos e para que possam exercer sua cidadania. Diferente da pessoa com surdez, a pessoa com deficiência auditiva não necessariamente precisa de aporte de recursos de ampliação sonora para fazer contato por meio do som, ou seja, essas pessoas têm uma facilidade maior de aprender do que pessoas com surdez, pois elas conseguem se comunicar por linguagem oral e já escutaram o sons, ou ainda podem escutar mesmo que pouco (Santos; Barbosa, 2016).

A aprendizagem desses alunos acontece por meio do professor de sala de aula regular e com a ajuda de um professor especializado, aos alunos com deficiência auditiva pode ser usado recursos como aparelho auditivo para melhorar a comunicação com o professor e os demais alunos, e principalmente para facilitar a sua aprendizagem na escola e em outros meios sociais.

Outro ponto importante é da pessoa com deficiência física, essa condição pode afetar as funções motoras das pessoas, nesse sentido a intensidade e o grau do comprometimento pode variar de pessoa para pessoa, isso vai depender das suas dificuldades. Existem vários desses comprometimentos, como por exemplo: paralisia cerebral, lesão medular, amputação, artropatias, uso de cadeira de rodas, uso de muletas, entre outros (Santos; Barbosa, 2016).

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso.

As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida (BRASIL, 2007[b], p. 28).

Em vista disso, os alunos que frequentam as escolas e possuem algum tipo de deficiência física precisam de recursos especiais para ajudar em sua formação escolar, e dependendo do seu comprometimento motor precisam utilizar recursos diferenciados, para a aprendizagem e inclusão desses alunos será necessário que a escola e professores façam a utilização de tecnologia assistiva entre os recursos utilizados será necessário a utilização para atividades do cotidiano a comunicação aumentativa e alternativa.

Conforme as autoras Santos e Barbosa (2016), pessoas com deficiência intelectual possuem limitações que as impedem de executar algumas tarefas e de se comunicar, possuem também dificuldade em seu desempenho adaptativo nas seguintes áreas: “comunicação, autocuidado, vida doméstica, habilidades sociais, relacionamento interpessoal, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança” (BRASIL, 2004, Art. 5).

A deficiência intelectual é classificada pela OMS – CID. 10 (Organização Mundial da Saúde) tendo em vista sua capacidade cognitiva pois a seriedade do paciente está “relacionada às nomenclaturas: retardo mental profundo, severo, moderado, leve e não especificado” (Santos; Barbosa, 2016). Mas essa classificação ficou no passado, pois o autor Lev S. Vygotsky (1997), alega que a pessoa com deficiência intelectual pode evoluir, ou não, mas isso vai depender da sociedade em que está inserida e dos estímulos dados a essas pessoas, que dessa forma pode se desenvolver e evoluir a sua capacidade cognitiva.

[...] uma educação ideal só é possível com base em um ambiente social orientado de modo adequado e que os problemas essenciais da educação só podem ser resolvidos depois de solucionada a questão social em toda a sua plenitude. Daí, deriva também a conclusão de que o material humano possui uma infinita plasticidade se o meio social estiver organizado de forma correta. Tudo pode ser educado e reeducado no ser humano por meio da influência social correspondente. A própria personalidade não deve ser entendida como uma forma acabada, mas como uma forma dinâmica de interação que flui permanentemente entre o organismo e o meio. (VYGOTSKY, 1997, p. 200)

Sendo assim, percebe-se que para o autor, a educação social é fundamental para que essas crianças se sintam incluídas e não discriminadas. As crianças com deficiência precisam estudar em escolas de ensino regular e utilizarem a educação especial só quando realmente for necessário. Importante ressaltar também que essa educação precisa ser oferecida dentro da

escola e que tenha os recursos necessários disponíveis para fazer essa educação. Dessa forma os estudos de Vygotsky contribuem muito para se entender o conceito de deficiência intelectual e como as relações sociais podem favorecer para o desenvolvimento dessas pessoas.

Outro ponto que o autor Lev S. Vygotski (1989) defende é que o desenvolvimento humano está ligado à aprendizagem, pois à medida que a criança vai se relacionando com o mundo/pessoas, ela começa a aprender e internalizar a nossa cultura, ou seja, ela começa a explorar o espaço onde está inserida, e de acordo com o que os seres humanos a sua volta vão fazendo e ensinando, elas vão adquirindo conhecimentos e aprendem a ser humano. Nesse sentido, Vygotski acredita que a aprendizagem é responsável pelo desenvolvimento.

Para Vygotski a criança com “deficiência” têm o seu desenvolvimento de maneira única. A forma como essa criança se desenvolvia não era menor e nem maior que a dos outros seres humanos, para ensinar essas crianças se torna necessário entender as dificuldades que ela enfrentou durante o seu desenvolvimento, na qual teve que se relacionar com uma cultura que geralmente não é preparada para ela.

Fica claro, portanto, que uma educação ideal só é possível com base em um ambiente social orientado de modo adequado e que os problemas essenciais da educação só podem ser resolvidos depois de solucionada a questão social em toda a sua plenitude. Daí deriva também a conclusão de que o material humano possui uma infinita plasticidade se o meio social estiver organizado de forma correta. Tudo pode ser educado e reeducado no ser humano por meio da influência social correspondente. A própria personalidade não deve ser entendida como uma forma acabada, mas como uma forma dinâmica de interação que flui permanentemente entre o organismo e o meio (VYGOTSKI, 2003, p. 200).

Dessa forma, para que essa criança se desenvolva melhor, é de suma importância que os professores procurem entender todas habilidades e dificuldades desse aluno e elaborar práticas pedagógicas e não orgânica, pois esse ensinamento do professor é essencial para a inclusão na cultura humana (Silva; Garcez, 2019).

As metodologias inclusivas promovem todo um processo de aprendizagem para as crianças, nesse sentido é preciso envolver vários campos para que se tenha essas metodologias, é necessário que dentro da metodologia tenha: estratégias pedagógicas, gestão escolar, parcerias, que envolvam também a família e as políticas públicas (Silva; Garcez, 2019).

Essas cinco dimensões têm como objetivo entender e elaborar metodologias para auxiliar no entendimento dos obstáculos que dificultam o acesso aos alunos com deficiência o conhecimento (Silva; Garcez, 2019). Cada um desses pontos citados acima tem seu papel para se criar uma metodologia inclusiva, as estratégias pedagógicas estão relacionadas ao

desenvolvimento de práticas direcionadas ao ensino e aprendizagem, com a finalidade de incluir as práticas de ensino regular no cotidiano do ensino educacional especializado. Nesse sentido, a gestão escolar está ligada diretamente ao ensino de alunos com deficiência.

A gestão escolar está associada à construção do planejamento escolar desenvolvido pelas instituições de ensino, ou seja, por todo o campo gestor da escola. Essa gestão fica responsável por construir o Plano Político Pedagógico (PPP) e a elaboração dos planos de ação, entre outras funções. As parceiras são a interação entre as escolas e os agentes externos a organizações que colaboram para dar suporte à metodologias de educação inclusiva.

A família junto com a escola têm um papel importantíssimo no desenvolvimento da criança. “Independentemente da configuração e do arranjo familiar, a função da família é proteger e prover as crianças e os adolescentes com vistas a garantir seu desenvolvimento integral e seu acesso pleno a todos os direitos humanos” (Silva; Garcez, 2019, p. 216). E, a última dimensão, políticas públicas, trata das leis, decretos, diretrizes e políticas públicas criadas para assegurar o direito dessas crianças a terem uma educação inclusiva dentro das escolas de ensino regular, de forma que todos possam desfrutar de direitos e deveres e que tenham igualdade na escola e na sociedade (Silva; Garcez, 2019).

Para desenvolver na criança um melhor ensino/aprendizagem não se pode esquecer de falar sobre Tecnologia Assistiva (TA). Essa tecnologia é um recurso e serviço direcionado a crianças com deficiência e tem o intuito de desenvolver nelas uma melhor execução nas práticas e atividades, fazendo assim a criança aprender de forma mais acessível a sua necessidade. Essa tecnologia melhora o desenvolvimento da criança nas atividades e cotidiano escolar, relacionadas aos objetivos impostos pelas escolas. São exemplos de TA na escola: os materiais escolares e pedagógicos acessíveis; a comunicação alternativa; os recursos de acessibilidade ao computador; os recursos para mobilidade, localização; a sinalização; o mobiliário que atenda às necessidades posturais; entre outros.

São exemplos de TA na escola: os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização, a sinalização, o mobiliário que atenda às necessidades posturais, entre outros (Galvão Filho; Miranda, 2012, p. 250).

Nesse sentido existem vários recursos de TA para ajudar no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência. O Decreto n° 5.296 de 2 de dezembro de 2004, determina normas gerais e critérios básicos, para que pessoas com deficiência tenham direito à acessibilidade. Nesses critérios, ganham destaque os que propaga:

Art. 24. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

§ 1º Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

I - está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto;

II - coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e

III - seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

Essas tecnologias trarão avanços para a sociedade pois todas as escolas públicas e privadas terão acesso a esses recursos de acordo com o Art.24, trará uma melhor aprendizagem para alunos com deficiência, pois essas tecnologias impulsionaram a educação e construirá novas escolas inclusivas e acessíveis para uma educação de qualidade. Os recursos serão disponibilizados para todas as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Vale ressaltar também a importância de adaptar e universalizar o currículo, pois é a partir dessa universalização que pessoas com deficiência podem adentrar em escolas de ensino regular e garantir os seus direitos de aprender de acordo com suas dificuldades e limitações. No Brasil em 1997, foi publicado pelo Ministério da educação os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), esses parâmetros tinham como finalidade fazer a fiscalização do currículo existente, e adaptar eles com uma nova sugestão para direcionar o trabalho dos professores que atuavam na educação básica (ensino fundamental, do primeiro ao oitavo ano). Desse modo, no ano seguinte foram divulgados os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (BRASIL, 1998). Conforme esse documento:

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve

aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno. (Brasil, 1998, p. 32).

Ao se observar, percebemos que a escola deve promover a inclusão escolar, e não discriminar alguns alunos com deficiência, por não alcançarem o esperado em relação aos mecanismos de ensino tradicional.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) traz em sua resolução que todas as crianças, adolescentes e jovens possuem o direito de aprendizagem , independente de onde vivem ou se frequentam escolas particulares ou públicas. “O documento traz em seu texto conceitos como habilidades, competências, campos, objetivos” (Silva; Garcez, 2019, p. 199). Ou seja, a BNCC apresenta uma análise mais aprofundada prescrevendo o que os alunos irão aprender ao decorrer do tempo em que estiverem na escola.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), é um documento bastante importante para o andamento dos projetos e atividades da escola, ele é a principal referência para a atuação da escola (Silva; Garcez, 2019). Nesse documento deve constar a educação inclusiva na instituição, por meio do AEE, e deve apontar como aspectos essenciais “organização da sala de recursos multifuncionais, professores para o exercício do AEE, plano do AEE, atuação de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais”. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015, [s.p.]), aborda o AEE no Projeto Político-Pedagógico, no artigo 28, inciso III:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; [...]. (BRASIL, 2015, [s.p.]).

Dessa forma percebemos que alunos com deficiência possuem o direito de aprendizagem de acordo com a lei, garantido a elas, ensino gratuito e de qualidade por meio do Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos multifuncionais.

2.3 A formação de Professores no Âmbito da Educação Inclusiva de Pessoas com Deficiência

Ao se falar em formação de professores e as práticas realizadas por eles com alunos com deficiência, percebe-se que há uma neutralização por parte do sistema educacional que não muda o seu currículo em relação a formação inicial, mas também existe uma falha por

parte dos professores que não procuram fazer pós-graduação para adequar suas práticas pedagógicas para que se tenha uma educação inclusiva. É importante ressaltar que é essencial que os docentes tenham acesso e domínio de conteúdo, para a realização de práticas pedagógicas, pois dessa forma eles irão se desenvolver e na hora de planejar e executar práticas aos seus alunos conseguiram ensinar de modo que todos aprendam. O papel do professor é muito importante na hora de realizar as práticas pedagógicas de alunos com deficiência, pois é necessário saber lidar com a dificuldade de cada aluno e ensinar de forma que eles entendam e tenham uma aprendizagem daquilo que foi repassado (Mantoan, 2015).

Freire (2005) propõe a professores/educadores que ao ensinar, os docentes usem a realidade do educando como forma de aprendizagem, para que ele entenda a relação que se estabelece entre a educação e a sua própria vida, pois o educar está ligado não somente a preparar o aluno para o mercado de trabalho, mas também para serem seres críticos e que saibam viver em sociedade. Freire (2005) comprehende que a educação tem a responsabilidade de atender objetivos para além do âmbito escolar.

Entre o dito e o não dito a conclusão é óbvia: a formação de professores será sempre importante para qualquer mudança educacional, sobretudo para a melhoria da qualidade do ensino. E pensar a qualidade da educação no contexto da formação de professores significa colocar-se à disposição da construção de um projeto de educação cidadã que propicie condições para a formação de sujeitos históricos capazes de, conscientemente, produzir e transformar sua existência (Carvalho, 2007, p.6).

Embora exista a portaria n 1.793/94 e as Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), percebe-se que muitas entidades de ensino superior não estão preparadas para ofertar disciplinas e ou/conteúdos relacionados a educação inclusiva, os cursos de licenciatura não trazem ao seu currículo disciplinas que contemplam a necessidade de aprendizagem relacionadas a educação inclusiva, e quando oferecem algumas matérias, a carga horária é pequena, ou trazem de forma eletiva, isso dificulta a aprendizagem do professor, essa forma de ensino não desenvolve conhecimentos e habilidades necessárias para atender a diversidade dos educandos (Martins, 2009).

Nessa perspectiva, observa-se que é preciso uma reformulação no que diz respeito à formação de ensino superior de licenciatura, faz-se necessário que as instituições proporcione uma melhor aprendizagem aos futuros professores, e que essas instituições proporcione atividades que proporcione um contato maior com pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, palestras relacionadas a

área, aulas práticas e uma infinidade de melhorias que possa ser incluídas no currículo de licenciatura.

2.3.1 Formação Inicial

A formação inicial é importante para o professor, pois é nela que ele irá adquirir conhecimentos necessários para atuar em sala de aula, elaborando práticas pedagógicas de forma que inclua a todos. O professor ao adentrar pela primeira vez como professor em uma escola já possui conhecimentos que serão utilizados em sala.

A formação inicial de modo geral ajuda um pouco na hora da realização de práticas pedagógicas inclusivas, pois no currículo de sua formação existem algumas matérias inclusivas, há também programas ofertados no curso de licenciatura que aperfeiçoam as práticas pedagógicas dos alunos como: o Programa Residência Pedagógica (PRP) e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), pois esses programas fazem os alunos adentrar nas escolas públicas e adquirirem conhecimentos por meio de observação participante e por meio da regência, atuando em sala como professor.

Na declaração do CNE, estabelece nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, há referência à inclusão e à formação de professores:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (Brasil, 2001, p. 25-26).

Nesse sentido entende-se que o professor precisa ter conhecimento necessário para ensinar alunos com deficiência, ou seja, o professor precisa ter uma aprendizagem na qual ele saiba ensinar seus alunos independente das especificidades deles. Nesse contexto, a autora Martins (2012) afirma que está previsto, que todos os professores que tenham formação inicial e que sejam da Educação Básica, estejam preparados para atuar com todos os alunos, incluindo os alunos com deficiência, seja em qualquer modalidade de ensino, com a finalidade de se instaurar a educação inclusiva nas escolas.

De acordo com Ramalho; Beltrán (2011, p. 73), este tipo de formação:

[...] é mais que instrução ou aprendizagem de conhecimentos e formação de habilidades e de competências, pois inclui, entre outras coisas, interesses, necessidades, intenções, motivações, caráter, capacidades, condutas, crenças, atitudes e valores. [...] é o tipo de atividade que o professor se apropria da

cultura profissional e modifica [...] elementos chaves do seu agir profissional, de forma a influenciar no desenvolvimento profissional.

Dessa forma, a formação inicial para Ramalho e Beltrán é muito importante, pois é um processo onde o professor está construindo sua aprendizagem para que seja repassada de uma forma mais agradável. É necessário que se haja na formação inicial uma ampliação de disciplinas e uma relação melhor entre a teoria e a prática com o intuito de aprimorar os conhecimentos obtidos pelos educandos e na hora de executar eles na prática os professores se sintam mais seguros quanto a sua aprendizagem e trabalhar de forma mais agradável, trazendo assim recursos pedagógicos que incluem alunos com deficiência.

A seguir serão apresentados dois quadros mostrando as disciplinas na perspectiva inclusiva na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), também será apresentado a ementa de cada disciplina e a justificativa do porquê que essa matéria é importante para ensinar aos professores a entenderem o que é educação inclusiva, deficiência e como trabalhar com crianças com deficiência na escola. São dois quadros muito interessantes pois abordam as disciplinas na perspectiva inclusiva e para analisarmos como a temática da deficiência é repassada na UFPI e UESPI.

Quadro I – Demonstrativo das disciplinas obrigatórias e optativas do curso de Pedagogia UFPI.

NOME DA DISCIPLINA	EMENTA	JUSTIFICATIVA

Libras	<p>Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais.</p> <p>Atividades de base para a aprendizagem da língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionado ao trabalho docente. Diferentes etapas utilizadas pelo contador de estórias para crianças surdas. Exploração visual espacial das diferentes narrativas bem como da criação literária surda.</p>	<p>Essa disciplina se torna indispensável no currículo do professor, pois é com ela que os discentes aprendem a usar a língua de sinais com estudantes com Deficiência auditiva ou surdez,</p>
--------	--	--

Psicologia da Educação I	<p>Ciência psicológica; Psicologia e Educação; constituição da subjetividade; subjetividade e temas transversais.</p>	<p>É uma disciplina importante no currículo do professor, pois ela ajuda a entender a respeito das dificuldades das crianças, o processo de ensino e aprendizagem deles, como ocorre o desenvolvimento da criança, desenvolver a didática de ensino, entender as diferenças, resolver problemas em sala de aula, entre outros contributos. Essa matéria se usa muito alguns teóricos para o embasamento do conteúdo, como: Lev Vygotsky, Jean Piaget</p>
--------------------------	---	--

Psicologia da educação II	<p>Teorias contemporâneas em Sociologia da Educação. O campo educativo: sujeitos e diversidades. Identidades, trajetórias escolares e estrutura social.</p>	<p>A Psicologia da educação II é uma continuação da Psicologia da educação I, ou seja, trazendo ao professor em formação um contexto completo a respeito da psicologia educacional, para que tenha uma aprendizagem significativa e leve para sua carreira escolar e saiba executar em sala de aula.</p>
Fundamentos da Educação Especial	<p>Princípios da educação especial e inclusiva. Fundamentos históricos. Legislação e estrutura geral. O aluno da educação especial. Perspectivas atuais de atendimento.</p> <p>Deficiência/ habilidades/potencialidades.</p> <p>Inclusão socioeducacional.</p>	<p>É uma disciplina fundamental para o professor em formação, para entender sobre a educação inclusiva sobre as legislações e todo sua estrutura, para entender quem são os alunos da educação especial, como observar as dificuldades e particularidades desses alunos, entender sobre a deficiência e todo o seu conjunto e como incluir esses alunos na escola e nas tarefas/atividades do dia a dia.</p>
Fundamentos psicossociais da Aprendizagem	<p>Principais abordagens da aprendizagem e seus problemas. Diferenças e distúrbios de aprendizagem. Abordagem multifatorial da aprendizagem e seus problemas: os fatores orgânicos, emocionais e psicossociais.</p>	<p>É uma disciplina para conhecer a fundo os Fundamentos psicossociais da aprendizagem, trazendo conceitos e abordagens a respeito dessa aprendizagem e seus problemas, trazendo também abordagem a respeito do emocional e psicossocial do aluno.</p>

Psicologia Social	Introdução à Psicologia Social. Conceitos básicos em Psicologia Social. O indivíduo e as Instituições sociais.	A psicologia social é uma disciplina que aborda a respeito da relação entre o indivíduo e a sociedade.
Pesquisa em Psicologia da Educação	Psicologia e Educação: relações e contribuições. Psicologia da Educação: objeto de estudo e conceitos básicos. Pesquisa em psicologia da Educação: importância e tendências atuais.	Essa disciplina fala a respeito da psicologia da educação e seu contexto geral, as suas contribuições para a educação e a educação inclusiva e fala da sua importância e do seu contexto histórico e atual.

Fonte: PPC do curso de Pedagogia da UFPI (2018)

Esse quadro aborda informações a respeito das disciplinas perspectivas inclusivas da UFPI, no qual informa a ementa das disciplinas e informa a importância dessas disciplinas para a educação inclusiva com objetivo de ensinar alunos com deficiência. Ao analisar o quadro, observa-se que existem uma quantidade de sete disciplinas relacionadas à educação inclusiva no curso de pedagogia da UFPI, nesse sentido, as disciplinas abordam assuntos importantes para que um professor com formação inicial tenha adquirido conhecimentos para trabalhar em sala de aula com alunos da educação inclusiva.

Entretanto, ainda existem por partes dos professores uma grande dificuldade em ensinar alunos com deficiência como: Paralisia cerebral, Deficiente visual, Deficiente auditivo, entre outros, pois em sua formação é utilizado mais a teoria, e quando o professor adentra em sala com alunos com essas deficiências acabam tendo bastante dificuldade, e é por isso que muitos fazem especialização relacionadas a educação inclusiva, pois só assim consegue aprender a ensinar esses alunos.

Quadro II – Disciplinas obrigatórias e optativas do curso de pedagogia UESPI

NOME DA DISCIPLINA	EMENTA	JUSTIFICATIVA

Psicologia da Educação	A psicologia como ciência; Evolução, histórico e aplicabilidade, no contexto educacional; Bases psicológicas do desenvolvimento nas diferentes fases do ciclo vital e suas aplicações no contexto	É uma disciplina importante no currículo do professor, pois ela ajuda a entender a respeito das dificuldades das crianças, o processo de ensino e aprendizagem deles, como ocorre o desenvolvimento da criança, desenvolver a didática
	educacional.	de ensino, entender as diferenças, resolver problemas em sala de aula, entre outros contributos. Essa matéria se usa muito alguns teóricos para o embasamento do conteúdo, como: Lev Vygotsky, Jean Piaget
Psicologia da Educação II	Teorias do desenvolvimento e da Aprendizagem: Piaget, Vygotsky, Wallon, Freud; Transtorno do Desenvolvimento e da Aprendizagem; Origem e evolução da Psicopedagogia e suas estratégias de intervenção.	A Psicologia da educação II é uma continuação da Psicologia da educação I, ou seja, trazendo ao professor em formação um contexto completo a respeito da psicologia educacional, para que tenha uma aprendizagem significativa e leve para sua carreira escolar e saiba executar em sala de aula. Como diz na ementa, são estudados os teóricos como: Piaget, Vygotsky, Wallon, Freud.

Fundamentos da educação especial	Educação especial: análise histórica e fundamentação legal. Abordagens teóricas e conceituais das diferentes categorias de portadores de necessidades especiais. Educação especial no sistema escolar: currículo, avaliação e didática. Mudança de paradigmas na educação inclusiva. Compreensão e intervenção pedagógica e	Essa disciplina traz considerações a respeito da educação especial, seu contexto histórico e as leis relacionadas a ela. Fala também sobre a relação da sociedade com a pessoa com deficiência da antiguidade até os dias atuais, fala também a respeito das diferentes deficiências, citando cada uma e trazendo um apanhado teórico, a disciplina
	ética no processo ensinoaprendizagem de pessoas com necessidades especiais.	ainda trás como o professor deve intervir eticamente no processo de aprendizagem desses alunos.
Libras	Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: evolução histórica, legislação, cultura e identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Vocabulário básico da língua de sinais: datilologia, números, saudações, pronomes, calendários, adjetivos e verbos básicos.	A matéria de libras é indispensável no currículo do professor, pois é com ela que o professor vai aprender a ensinar alunos com deficiência visual, além do mais vai ser tratado todo o contexto histórico da língua de sinais, os alunos aprenderam na teoria e na prática como se comunicar e ensinar esses alunos.

Psicopedagogia	<p>A disciplina deveria estar no currículo sem ser optativa, pois é uma das matérias mais importantes para entendermos, como trabalhar na prática com essas crianças, essa matéria fala a respeito de basicamente todos os transtornos e síndromes, especificando cada uma, também fala da deficiência física, deficiência visual, auditiva e intelectual.</p>
----------------	--

Fonte: PPC do curso de Pedagogia da Uespi (2014).

No quadro II é abordado as mesmas características, mas com informações diferentes pois são instituições distintas, observa-se que as disciplinas da UESPI são apenas cinco, menos que a do quadro I da UFPI, isso nos mostra que a grade curricular da Universidade Federal do Piauí é diferente da Universidade Estadual do Piauí, mas ambas acabam trazendo praticamente os mesmos estudos a respeito da educação inclusiva, entretanto, ainda é necessário que a grade curricular das duas instituições melhore a respeito das matérias na perspectiva inclusiva, pois assim o aluno de pedagogia irá obter mais conhecimento e saberá lidar com as diversidades da sala de aula.

2.3.2 Formação Continuada

A formação continuada amplia e melhora os conhecimentos dos professores, pois a partir dela é possível se criar um ambiente educativo, onde os educadores possam discutir sobre suas incertezas e dúvidas que se tem da escolarização, proporcionando assim uma melhor aprendizagem na área, trazendo novos conhecimentos para serem realizados em sala, com o intuito de aperfeiçoar os conhecimentos e desenvolver em alunos com deficiência novas formas de aprendizagem. De acordo com Nóvoa (1995, p. 25):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas

contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

Assim observa-se que a formação continuada amplia os conhecimentos dos professores para que a escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação sejam de qualidade, a formação continuada promove ao aluno com deficiência uma aprendizagem mais ampla. De acordo com Meyrelles e Siqueira (2012, p.18 apud Miranda; Galvão Filho, 2012). “a formação continuada em processo tem se configurado como uma possibilidade de pensar as demandas escolares e os processos de escolarização dos sujeitos que também são público-alvo da educação especial”. Nesse sentido, a formação continuada é de suma importância no processo de aprendizagem de alunos com deficiência, pois ela beneficia tanto a aprendizagem do professor quanto a do aluno.

A inclusão escolar requer professores qualificados para atuar na diversidade, entendendo a dificuldades e qualidades desse aluno, com isso, os professores têm que ter a capacidade de elaborar práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de todos.

Para que se tenha uma educação inclusiva, os professores não podem ter somente a formação inicial, é preciso mais que isso para adquirir conhecimentos necessários se ensinar esses alunos, é fundamental que o professor tenha uma formação continuada no decorrer de sua carreira como profissional da educação, é de suma importância que o docente faça cursos de aperfeiçoamento, especializações na área de educação inclusiva, com isso ele aperfeiçoará suas práticas e desenvolverá novas formas de ensinar.

No art. 67 da referida da LDB/96 está preconizado que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (Brasil, 1996).

Nesse sentido, a lei assegura aos professores a formação continuada que se dará fora da escola básica, ou seja, os professores têm o direito de participarem de cursos e especialização fora da escola, mas que esses horários serão incluídos em sua carga horária (Miranda; Galvão Filho, 2012).

Vale ressaltar que a formação continuada proporciona aos professores, habilidades de ensinar a partir de práticas pedagógicas inclusivas e possibilitando ao aluno com deficiência uma aprendizagem que prepare para atuar como cidadão e como um ótimo profissional, trazendo assim uma inclusão não só escolar, mas em todos os sentidos.

Na cidade de Campo Maior-Piauí existem algumas pós-graduações em Educação Inclusiva, a seguir é apresentado um quadro em que mostra a faculdade privada e/ou universidade pública que possuem a pós-graduação em educação inclusiva.

Quadro III- Faculdades e Universidades de Campo Maior que possuem pós Graduação

Universidade/Faculdades	Pós-Graduação
FACAPI	Psicopedagoga
UNOPAR (EAD)	Psicologia Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial Educação Especial com Ênfase em Comunicação Alternativa Educação Especial com Ênfase em Deficiência Auditiva Educação Especial com Ênfase em Deficiência Física Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual Educação Especial com Ênfase em
	Transtornos Globais do Desenvolvimento Educação Especial e Inclusiva Educação Especial e Psicomotricidade Libras e Educação para Surdos
UESPI	Não possui nenhuma pós graduação
Instituto Federal do Piauí (IFPI) Campus Campo maior	Oferta especialização mas não é na área de educação inclusiva.

Fonte: sites oficiais da instituições.

Esse quadro mostra algumas instituições de ensino que possuem pós-graduação na área da educação inclusiva, entretanto são ofertadas em Ensino a Distância (EAD), infelizmente na cidade de Campo Maior-PI a dificuldade de encontrar uma Pós em relação a Educação Inclusiva é grande, pois as que têm são EAD e privadas, isso dificulta mais ainda do professor em formação conseguir se especializar e se apropriar de conhecimentos necessários para ministrar aula para alunos com deficiência.

Então é necessário que os alunos lutem para que tanto as universidade públicas possuam pós-graduações para que os futuros professores possam se especializar em sem precisar custear nada, aperfeiçoando sua aprendizagem e posteriormente a dos alunos, pois quanto mais conhecimento adquirir mais o professor poderá repassar a esses alunos. E em

relação aos da educação inclusiva tornará mais fácil a aprendizagem dessas crianças, pois os professores possuirão a capacitação necessária para saber lidar com as dificuldades e potencialidades de alunos com deficiência.

2. 4 Práticas pedagógicas inclusivas nas escolas

As escolas necessitam recriar o seu modelo educacional, para adicionar em suas escolas projetos inclusivos de educação. O ensino dado pelas escolas para pessoas com deficiência precisa atender as especificidades dos educandos, pois a maioria desses alunos não conseguem acompanhar os seus colegas de classe. Mantoan (2003, p. 33), diz que essa dificuldade “vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos”. Nesse contexto, percebe-se que as escolas apenas questionam as formas de se ensinar, pouco adotam medidas para suprir as diferenças nas escolas.

É notório que as escolas ainda estão despreparadas para acolher alunos com necessidades especiais, as escolas ainda estão ligadas ao modelo de ensino retrógrado, onde o ensinamento vem da repetição, da exposição oral, memorização entre outros aspectos pobres de conhecimentos (Mantoan, 2003).

Uma prática usada atualmente é o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)¹, essa prática pretende superar as práticas pedagógicas conservadoras e tradicionais que são utilizadas pela maioria dos professores. Diferente da prática atual que consiste em o professor ensinar e ser o centro de toda aprendizagem, o DUA tem como objetivo o ensinamento cooperativo, cujo o professor se torna o guia dos alunos, mas que essa aprendizagem não se reduz só aos seus ensinamentos e sim com a cooperação de todos.

[o desenho universal] se trata de um modelo prático que visa ampliar as oportunidades de desenvolvimento de cada estudante por meio de planejamento pedagógico contínuo, somado ao uso de mídias digitais. Seus autores apoiaram-se em extensivas pesquisas sobre o cérebro humano para estruturar o modelo (Mendes, 2017, [s.p.])

O DUA pretende alinhar a forma de aprendizagem, o reparo ao qual ele pretende fazer não é pequeno, essa prática pretende ampliar o sistema educacional inclusivo, repensando

¹ O conceito de Desenho Universal (DUA) é oriundo da arquitetura e foi pensado para proporcionar ambientes acessíveis a toda a população (Nelson, 2014). Na área da Educação, o termo adotado nos Estados Unidos é *Universal Design for Learning* (UDL), no presente estudo o termo foi adotado e traduzido como Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), sendo compreendido como um conjunto de princípios, estratégias e ações que visam tornar o ensino acessível e funcional a todas as pessoas. (Santos; Martins; Batista, 2022)

como os conteúdos são repassados aos alunos, essa prática pretende empregar formas diferentes para que se gere uma aprendizagem de qualidade (Silva; Garcez, 2019).

2.4.1 AEE

O Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011) dispõe sobre a modalidade da educação especial e o AEE como seu principal serviço. Esse decreto é de suma importância para se conhecer o compromisso do Estado Brasileiro com as pessoas público-alvo da educação especial.

De acordo com esse decreto o público-alvo do AEE tem como direito:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivada de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
 II- aprendizado ao longo de toda a vida;
 III- não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
 IV- garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
 V- oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
 VI- adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
 VII- oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
 VIII- apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011, [s.p.])

O AEE é um serviço de apoio à sala de aula comum com o objetivo de melhorar a aprendizagem de alunos com deficiência . Conforme o Decreto nº 7.611 (Brasil, 2011, [s.p.]), esses serviços devem ser entendidos como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, ou seja, são oferecidos de forma complementar ou suplementar dependendo da necessidade ou dificuldade de cada aluno.

Existem meios ao qual o AEE pode ser utilizado, um deles é a sala de recursos multifuncionais (SRM), essas salas são construídas nas escolas e possuem profissionais capacitados para realizar as atividades necessárias para uma melhor aprendizagem desses alunos, ou seja, o professor do AEE trabalha em conjunto com o educador de sala de aula comum, pois o educador de sala comum irá observar as dificuldades e facilidades das crianças e repassar ao profissional do AEE para que ele realize as práticas pedagógicas necessárias. Vale ressaltar que o serviço de apoio deve “integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às

necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas” (Brasil, 2011, [s.p.]).

As autoras Silva e Garcez (2019, p. 148) afirmam que:

A forma como o AEE é ofertado varia de acordo com o nível de ensino, ou seja, educação básica e/ou ensino superior, devendo estar disponível ao longo de todo o percurso escolar. Na educação infantil, ele pode ocorrer por meio de estratégias lúdicas, diversificação das formas de comunicação, variedade de estímulos (físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais) e incentivo à convivência e valorização das diferenças. No ensino fundamental e médio, como o foco passa a centrar-se na remoção de barreiras à aprendizagem que surgem na sala de aula comum, o AEE deve ter suas estratégias de apoio organizadas considerando as características dos estudantes em relação a cada contexto e ser realizado no turno contrário ao da escolarização. Esse serviço também deve ter sua oferta adaptada às especificidades dos alunos matriculados na educação de jovens e adultos, na educação profissional, na educação indígena, do campo e quilombola (Brasil, 2008).

O AEE proporciona um leque de aprendizagem aos alunos com deficiência. Ele é oferecido no contraturno em horários específicos por semana, havendo sempre uma ligação entre as atividades dos professores da sala comum e as atividades realizadas na sala de recursos multifuncionais.

Conforme Silva; Garcez (2019), Os alunos que vão à escola no ensino comum e AEE em momentos opostos têm o direito a dupla matrícula, dessa forma o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) garante a esses alunos e a escola o repasse de verbas necessárias para o ensino desses alunos. “De acordo com a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (BRASIL,2007), os sistemas de ensino têm direito ao recebimento de verba distinta para cada uma dessas matrículas quando se referir a um estudante público-alvo” (Silva; Garcez, 2019).

Nesse contexto, vemos que esse mecanismo ajuda o aluno a ter os dois dispositivos para a sua escolarização, e dando o direito ao aluno com deficiência de ter de escolher ter tanto a escolaridade como o atendimento educacional especializado, facilitando assim o seu desenvolvimento escolar.

2.4.2 Recursos e material pedagógico

De acordo com Silva; Garcez (2019, p. 150) apud Brasil (2010) existe atualmente dois tipos de salas de recursos multifuncionais:

O tipo I recebe materiais como microcomputadores, software de comunicação alternativa, jogos pedagógicos, mesas e armários, entre outros. O tipo II é recebido apenas por escolas que funcionam como polos de atendimento para alunos com deficiência visual, e contém materiais como impressora braille, regletes e soroban, além dos materiais que fazem parte do tipo I (BRASIL, 2010).

Esses recursos são ofertados com o intuito de melhorar o atendimento a alunos com deficiência. É necessário que a sala de recursos multifuncionais tenha todos os recursos necessários para a aprendizagem e desempenho desses alunos, e preferencialmente essas salas precisam ser localizadas na própria escola ou em unidades próximas à escola. (Silva; Garcez, 2019).

O professor do AEE precisa ter várias competências para trabalhar com esses alunos, e dentre elas estão a “organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis”, a utilização de comunicação alternativa e aumentativa e o “acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares” (Brasil, 2009, [s.p.]).

Um ponto importante de se falar é da ludicidade como forma de aprendizagem para crianças com deficiência, o lúdico auxilia na metodologia do professor, pois o ato de brincar é prazerosa para a criança, contribui para a socialização, auxilia a integração, contribui bastante para aprendizagem, desenvolvimento cognitivo, intelectual e motor, através da brincadeira a criança desenvolve vários habilidades, além de muitas atividades envolvendo a brincadeira e jogos em conjunto ajudando na autonomia, auto-estima, e autoconfiança da criança e materiais e recursos didáticos que ajudam na estimulação sensorial, cognitiva, desenvolvimento motor e emocional. (Vygotsky, 1998).

3.4.3 Tecnologia Assistiva

Diante do que já foi explanado percebe-se que a utilização de recursos de tecnologia assistiva é indispensável na hora da realização de atividades, é por meio do AEE que essa tecnologia é utilizada, e ela traz produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência (Silva; Garcez, 2019).

De acordo com a autora Rita Bersch (2013, p. 1) “A TA deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento.”, ou seja, a TA auxilia os alunos com deficiência a utilizarem recursos diversificados na hora das atividades tanto de sala de aula comum, como na sala do AEE,

facilitando a mobilidade do aluno com alguns recursos, trazendo para eles uma maior independência e autonomia na realização de atividades e tarefas, e também na vida cotidiana proporciona uma melhor qualidade de vida e inclusão. Rita Bersch (2013, p. 5) cita alguns exemplos de TA para o uso do aluno com deficiência dentro eles estão:

talheres modificados, suportes para utensílios domésticos, roupas desenhadas para facilitar o vestir e despir, abotoadores, velcro, recursos para transferência, barras de apoio, etc. Também estão incluídos nesta categoria os equipamentos que promovem a independência das pessoas com deficiência visual na realização de tarefas como: consultar o relógio, usar calculadora, verificar a temperatura do corpo, identificar se as luzes estão acesas ou apagadas, cozinhar, identificar cores e peças do vestuário, verificar pressão arterial, identificar chamadas telefônicas, escrever etc.

Esses são alguns exemplos de TA para se usar no cotidiano para melhorar a qualidade de vida e independência, existem também os que são utilizados na escola como “aranha mola para fixação da caneta, pulseira de imã estabilizadora da mão, plano inclinado, engrossadores de lápis, virador de página por acionadores” (Rita Bersch, 2017, p. 5).

Enfatiza-se que o Atendimento Educacional Especializado tem um papel importantíssimo na inclusão de alunos com deficiência na escola e na sociedade pois ele ajuda a eliminar as barreiras e o preconceito e ainda ajuda a esses alunos a construírem uma melhor aprendizagem.

4.4.5 Acompanhante Escolar

Na LDBEN de 1996 diz que é fundamental haver serviço de apoio especializado ao aluno com deficiência, superdotação e altas habilidades, e não apenas isso, mas faz-se necessário a utilização de recursos, incluindo currículos, técnicas, métodos e professores com especialização adequada para o atendimento especializado. Os serviços de acompanhante escolar devem ser usados de forma complementar, ou seja, para auxiliar esse aluno que necessita da ajuda (Massud; Leite, 2022).

Para ser um acompanhamento escolar não necessariamente precisa ter uma formação, pois a lei específica a formação básica necessária para exercer essa função, o que pode ser até considerado um problema, pois o acompanhante escolar precisa conhecer a deficiência e a realidade desse aluno, dependendo da deficiência ele precisará estar atento, principalmente com crianças hiperativas. É imensa a quantidade de tarefas que esse acompanhamento deverá auxiliar, pois muitas crianças irão alimentar-se, ir ao banheiro, executar algumas atividades, brincar etc, apenas com a ajuda ou supervisão, então esse profissional precisa conhecer a

deficiência e está disposto a ser gentil e cuidadoso com esse aluno, e fazer com que ele se sinta cuidado mais ao mesmo tempo deixar o aluno ser livre, mas com a supervisão para que não aconteça nenhuma adversidade (Massud; Leite, 2022)

Dessa forma, o principal papel do acompanhante escolar é auxiliar o aluno com deficiência em seu cotidiano escolar e nas suas limitações, ajudando essa criança a estar presente na escola de ensino regular, mas ao mesmo tempo deixando os pais tranquilos por ter alguém cuidando e supervisionando o seu filho, promovendo a inclusão e fazendo com que os pais não tenham receio de colocar seus filhos em escolas de ensino regular pois terá uma pessoa específica cuidando desse aluno (a).

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa é um trabalho feito com o intuito de aprimorar os instrumentos que possibilita construir um novo conhecimento em relação a realidade, por meio de coletas, dados, observação, entre outras formas de adquirir conhecimentos. Nesse sentido, a pesquisa é uma construção de conhecimentos sobre o que está sendo estudado, da maneira que você vai desenvolvendo a pesquisa, você vai aprendendo e chega nos resultados esperados (Pádua, 2004).

De acordo com Pádua (2004), método de pesquisa é:

Pesquisa e toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações. (2004, p. 31).

O método de pesquisa consiste em um estudo para se chegar em um determinado objetivo, utilizando várias formas de aprendizagem, e o “método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento, (Gil, 2008, p. 27), ou seja, é um processo de investigação onde terá coleta de análise de materiais.

3.1 Tipo de pesquisa quanto a abordagem

A pesquisa adota a abordagem qualitativa, que se interessa em discorrer o entendimento a respeito das “organização das sociedades e culturas atuais, ou seja, ela discorre a respeito dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações” (Minayo, 1994). Dessa forma, esse tipo de pesquisa se preocupa em obter resultados “valores coletados” do elemento estudado.

Nesta perspectiva, esta é a melhor abordagem por trazer vários pontos de vista, pois como é ouvido por vários participantes, pode trazer muitas conclusões distintas. Quando é utilizada de forma correta oferece uma série de dados que tornam os resultados mais precisos.

3.2 Tipo de pesquisa quanto aos objetivos

A pesquisa se concentrou no estudo exploratório, no qual os dados coletados foram de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental na cidade de Campo Maior - PI. A pesquisa é de caráter exploratório que, de acordo com Gil (2002, p. 43), tem o objetivo de “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Dessa forma proporcionará um melhor levantamento a respeito da formação de professores e seus contributos nas práticas pedagógicas, ou seja, esse tipo de pesquisa é a melhor para a obtenção de dados a respeito desse tema.

A pesquisa exploratória envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (Sellitz et al, 1967, p. 63). O autor fala que a pesquisa exploratória envolve vários meios de pesquisa, onde será averiguado de forma concreta o problema da pesquisa, de forma mais aprofundada.

3.3 Tipo de pesquisa quanto ao tipo de estudo

Inicialmente foi feito o levantamento e estudo bibliográfico, em seguida foi realizada a pesquisa de campo envolvendo a temática da pesquisa, com participação das entrevistadas e foi realizada observação sistemática e entrevista semi-estruturada. Esta é uma pesquisa de campo. Esse tipo de pesquisa fundamenta-se em realizar determinadas atividades em “campo”, ou seja, é uma pesquisa “desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo” (Gil, 2002, p. 53).

Esse tipo de pesquisa é feito por meio de coleta de dados, na qual o pesquisador tem uma maior proximidade com campo estudado e com os entrevistados, dessa forma existe uma probabilidade maior de os entrevistados oferecerem respostas confiáveis para o pesquisador.

3.4 Cenário de pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada com duas pedagogas nas turmas de 1º e 2º ano dos anos iniciais do ensino fundamental. A escola fica localizada na cidade de Campo Maior, Piauí, no bairro Nossa Senhora de Lourdes.

Os critérios para ter escolhido essa escola, foram, por ela ter uma demanda grande de alunos, principalmente com pessoas com deficiência. Além disso, ela é bastante conhecida na cidade e é muito prestigiada, se localiza perto do centro da cidade. A escola oferece a educação tanto do estado quanto do município. É uma escola acolhedora quando se trata de estagiários e os alunos que vão fazer pesquisa de campo.

3.5 Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa são pedagogas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental na escola. A pesquisa aconteceu com duas pedagogas, considerando como critérios de escolha: as pedagogas que ensinam em sala de aula alunos com deficiência. Como critério de inclusão têm-se: ter licenciatura em Pedagogia e atuar no trabalho pedagógico com alunos com deficiência. Pretendeu-se recolher informações através de entrevistas semi-estruturadas e observação sistemática e foi esclarecido a todos os participantes as informações a respeito do estudo no que diz referente aos seus objetivos, relevância e cuidados éticos.

3.6 Coleta de dados

Foi uma pesquisa feita com pedagogas que atuam em sala que possuam alunos com deficiência, e teve como intuito de compreender as concepções dos professores a respeito da educação inclusiva, ou seja, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com essas pedagogas e feito perguntas a respeito do ponto de vista delas ao se falar sobre educação inclusiva, na mesma entrevista houve perguntas de como são realizadas as práticas pedagógicas com essas crianças, e que práticas pedagógicas são realizadas por esses professores. A entrevista feita teve o intuito de compreender como é realizada a aprendizagem dessas crianças, se os professores estão realizando práticas adequadas para alunos com deficiência.

O instrumento utilizado nesta pesquisa foi a entrevista semi-estruturada que pode se entender como uma. “Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (Gil, 2008, p. 121). Esse tipo de coleta de dados traz

informações em forma de questões para que o entrevistado responda de forma clara proporcionando as informações necessárias para a realização do trabalho. Foi utilizado um roteiro preparado para entrevista e foi utilizado um gravador, para obtenção de dados.

Outro instrumento utilizado nesta pesquisa foi a observação sistemática que pode ser entendida como: “Na observação sistemática o pesquisador precisa elaborar um plano que estabeleça o que deve ser observado, em que momentos, bem como a forma de registro e organização das informações” (Gil, 2008). Nesse sentido a observação sistemática traz informações necessárias, pois o pesquisador já vai preparado para adquirir os dados coletados, pois já tem um plano de observação e sabe o que vai ser observado.

A análise de dados tem como objetivo estruturar o que é analisado, ela acontece por meio da coleta de informações de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento. Segundo (Bardin, 1977, apud Chizzotta, 2000, p. 98), “um conjunto de técnicas de análise de comunicação” que têm conhecimento a respeito do comportamento humano certificado por uma fonte documental.

No que se refere a análise de conteúdo, (Gil, 2002, p. 75-76) aponta “as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação”. Nesse sentido o autor Gil (2002) destaca que a análise de conteúdo possui algumas fases, onde o entrevistador terá que apurar os dados seguindo essas fases ditas acima, ou seja, o entrevistador precisa estar preparado e principalmente ter uma organização dos dados coletados.

3.7 Cuidados ética

A pesquisa foi enviada ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) para análise e aprovação, e durante o desenvolvimento foram observadas as orientações e normas para realização de acordo com as recomendações éticas exigidas.

Foi explicado aos envolvidos da pesquisa que durante o processo de investigação, os dados coletados durante sua participação na pesquisa serão utilizados para análise da referida pesquisa, para tanto foi solicitada a autorização expressa dos participantes para o uso das informações coletadas, conforme o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRÁTICA PEDAGÓGICA: O OLHAR DOS PROFESSORES

Neste capítulo é apresentado os resultados e as discussões a respeito da educação inclusiva, formação de professores, e as práticas pedagógicas realizadas por essas pedagogas entrevistadas. Através dos dados obtidos definiu-se três categorias que se relacionam com os

objetivos traçados: formação de professores no âmbito da educação inclusiva; concepções docentes sobre educação e; práticas pedagógicas de professores que atuam com alunos com deficiência: recursos e desafios. As categorias temáticas foram organizadas nesse capítulo como divisões e, mediante a análise de conteúdo dos dados coletados conseguiu-se conhecer as discussões deste com o referencial teórico delineado na pesquisa com o intuito de entender o que foi pesquisado em sua universalidade através do estudo teórico e prático (observação e entrevista).

4.1 Perfil dos participantes

Participaram da pesquisa duas pedagogas que atuam em sala de aula com alunos com deficiência no 1º e 2º ano do ensino fundamental em uma escola do município de Campo Maior-PI. Nesse sentido contamos com a participação das pedagogas Athena e Afrodite, esses foram os nomes fictícios dado para cada pedagoga com a finalidade de preservar a identidade das participantes. No Quadro 4 a seguir traz-se um resumo das características de perfil dos participantes, como a graduação, pós-graduação tempo de atuação de cada participante da pesquisa com o objetivo de apresentar de modo específico o perfil de cada participante.

Quadro 4 – Perfil dos interlocutores

Interlocutores	Graduação	Pós-Graduação	Tempo de atuação
Athena	Pedagogia	Psicopedagogia Clínica e Institucional	20 anos
Afrodite	Pedagogia	Gestão Escolar e Educação de Jovens e Adultos	20 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme apresentado no quadro 4 dos perfis das interlocutoras, percebe-se em relação ao tempo de atuação que as pedagogas entrevistadas têm o mesmo tempo de atuação como docente que no caso é bem extenso, mostrando que ambas as professoras possuem bastante experiência na área da educação infantil, mostrando assim que possuem habilidades e uma amplitude de saberes que contribui para a aprendizagem em sala de aula. Além disso possuem formação continuada, que é um ponto importante na vida acadêmica de um pedagogo.

4.2 Formação de professores no âmbito da educação inclusiva

A formação inicial de professores é necessária para a concretização da educação inclusiva. Essa formação proporciona ao professor/pedagogo um entendimento prévio de como trabalhar em sala de aula com alunos com deficiência. Infelizmente antigamente não existiam muitos estudos sobre esse tema, e por isso as formações antigas não trabalhavam muito esse assunto em sala de aula e, isso, dificultava mais para o professor em formação trabalhar a deficiência em sala de aula. Hoje em dia nota-se que foram incluídas nos cursos de licenciaturas disciplinas relacionadas à educação inclusiva. O curso de pedagogia tem matérias que ajudam o pedagogo inicialmente entender na teoria o que é a deficiência, mas a prática vem mais quando o pedagogo adentra a sala de aula. Neste caso, foi questionada às participantes: **Quais as contribuições que a formação inicial trouxe para a realização de práticas pedagógicas para alunos da educação inclusiva?**

PEDAGOGA ATHENA: No princípio de **tudo não tinha uma formação direcionada para esse público da educação inclusiva**, essa formação foi aparecendo de acordo com a **demand**a, de acordo com o número de crianças que foram chegando nas sala e que muitas delas a gente não sabia lidar, **eu mesma que sempre busquei essa formação**, através de pesquisas, leituras confecção de materiais, compra de materiais e assim por diante.

PEDAGOGA AFRODITE: Na minha **formação inicial quase não se trabalhou educação inclusiva**. Então a contribuição foi pouca. O que sabemos e trabalhamos hoje nos dias atuais, foi com muito **estudo, pesquisando e a convivência do dia a dia**.

Dessa forma, é possível compreender nas falas da pedagoga **Athena** e da pedagoga **Afrodite**, que elas tiveram a mesma percepção a respeito das contribuições da formação inicial, ambas as entrevistadas responderam que a formação inicial não trouxe muita contribuição para elas em relação a aprendizagem sobre a educação inclusiva. Para elas, essa aprendizagem ocorreu devido às pesquisas individuais e também aprenderam na prática, convivendo no dia a dia com crianças deficientes. Foi assim que essas professoras conseguiram adquirir conhecimentos sobre a temática. A professora **Athena** se especializou na área de Psicopedagogia atribuindo mais conhecimento para aprender a ensinar essas crianças, já a professora **Afrodite** adquiriu essa aprendizagem por meio da convivência com os alunos e pesquisando sobre o assunto.

A interlocutora **Athena** afirma em sua fala que a formação para ensinar crianças com deficiências veio a partir da demanda, ou seja, a entrevistada sentiu a necessidade em se preparar quando ela percebeu que não era preparada o suficiente para ensinar esses alunos, deixando

claro que a formação inicial não contribuiu de forma significativa para ela ministrar aula e educar esses alunos de forma que eles conseguissem aprender. Então a pedagoga **Athena** deixa explícito que uma graduação por si só não dá conta de suprir essa necessidade. Dessa forma, ela buscou se aprimorar desse conhecimento através da sua pós-graduação e de seu estudo individual por meio de pesquisas, produção de materiais, compra de materiais, entre outras formas de aquisição desse saber.

Portanto, percebe-se que ambas as professoras não tiveram uma formação inicial adequada para ensinar crianças com deficiência, e que foi a partir da necessidade que elas foram atrás de conhecer a fundo o que era a educação inclusiva e como elas poderiam trabalhar em sala de aula com essas crianças.

A formação inicial de acordo com as interlocutoras não abrangearam a educação inclusiva de forma que pudessem trabalhar em sala de aula com alunos com deficiência, existia uma carência de acesso à estudos sobre esse tema na Uespi que foi onde as interlocutoras se formaram. As entrevistadas se formaram há 20 anos, nesse meio tempo, foi implementada a “Portaria Ministerial nº 1793, que foi reconhecida a importância de complementar os currículos de formação de docentes e de outros profissionais que atuam em áreas afins” (Miranda; Galvão Filho, 2012. p. 29. apud. Martins). Essa portaria tem como principal objetivo a implementação de novas disciplinas específicas para pessoas com deficiência, prioritariamente nos cursos de Psicologia, Pedagogia entre outras licenciaturas, e também a inclusão de conteúdos específicos nessa área.

Nesse sentido, percebe-se que com o passar dos tempos houve uma melhoria em relação às disciplinas, perspectivas inclusivas, principalmente, no curso de pedagogia, onde foi implementada disciplina como: libras, psicopedagogia, fundamentos da educação especial, entre outras. Mas ainda há uma necessidade de melhoria quanto às disciplinas e como elas são ofertadas, a uma falha por parte das instituições de ensino superior pois além de não ofertarem de forma estruturada disciplinas, não oferecem de forma adequada os conteúdos relacionados a essa temas nos cursos de licenciatura, Martins (2012, p. 30) afirma “outras o fazem de maneira precária, através da oferta de disciplina eletiva, ou com carga horária reduzida, ministrada de maneira aligeirada”, o que piora a obtenção de conhecimento, o desenvolvimento da prática e a precariedade na hora de lidar com as diversidade dos alunos dentro da sala de aula. .

Percebe-se que há uma necessidade urgente nas universidades e faculdades por parte de incrementar novas disciplinas a respeito da educação inclusiva e uma melhoria na hora de fazer a relação entre teoria e prática, pois é necessário que os estudantes de licenciatura vivenciam uma maior interação/contato com pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação e

transtornos globais do desenvolvimento. Desse modo, é preciso que tanto as instituições de ensino superior, as escolas, os professores, e os profissionais que ali atuam estejam preparados para atender as diversidade dos alunos.

De acordo com Növoa (1992, p. 15) “[...] o processo de formação pode assim considerar a dinâmica em que se vai construindo a identidade de uma pessoa”, ou seja, o autor diz que a formação inicial de professores não se forma apenas educadores, mas também se constrói uma profissão, e se torna necessário que esses cursos de licenciatura sejam reestruturados, repensados, planejados e organizados como um todo, compreendendo a importância da formação inicial e contínua, para não formar os educadores em técnicos apreciadores de modelos conservadores que visam apenas a educação profissional, mas sim formar educadores que proporcione aos alunos uma educação mais dinâmica, prática, ativa e significativa promovendo a capacidade crítica e criativa.

Para Libâneo (2005, p. 117), "devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas. Nessa perspectiva, torna-se necessário que o profissional da educação adquira conhecimentos necessários, seja eficiente e eficaz e tenha uma boa prática pedagógica para saber, saber-fazer e saber-ser.

Nessa lógica, Tardif (2002, p.38) fala sobre os saberes experiências que eles “incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de hábitos e de habilidades, de saber-fazer e saber ser”, esses saberes são elaborados pelos educadores mediante experiências de acontecimentos específicos referente ao espaço escolar e o contato estabelecido entre discentes e colegas de profissão, ou seja, esses saberes são adquiridos por meio da prática de atuar como docente. Com isso notasse que as professoras **Athena** e **Afrodite** praticaram os saberes experiências quando elas buscaram conhecimentos para melhorar sua prática em sala de aula, as entrevistadas foram em busca de novos conhecimentos para desenvolverem estratégias de aprendizagem para alunos com deficiência, ou seja, elas vivenciaram situações e a partir disso foram em busca de novos conhecimentos para trazer uma prática que se encaixasse na dificuldade de aprendizagem do aluno e na dificuldade dela de ensinar aqueles alunos, pois a formação inicial sozinha não conseguiu desenvolver nessas professoras a aprendizagem de desenvolver atividades com alunos com deficiência.

De acordo com Freire (1986. p. 86):

O educador tradicional e o educador democrático têm ambos de ser competentes na habilidade de educar os estudantes quanto às qualificações que os empregos exigem. Mas o tradicional faz isso com

uma ideologia que se preocupa com a preservação da ordem estabelecida. O educador libertador procurará ser eficiente na formação dos educandos científica e tecnicamente, mas tentará desvendar a ideologia envolvida nas próprias expectativas dos estudantes.

Quando o professor se preocupa em apenas repassar conhecimento, ele invalida uma educação crítica, proporcionando à criança uma educação falha, sem muitos conhecimento, sem uma didática adequada à contemporaneidade, sem metodologias que visam facilitar o ensino-aprendizagem dos alunos, comprometendo assim sua aprendizagem crítica.

Dessa forma nota-se que tanto as entrevistadas quanto a autora Martins (2012) têm a mesma percepção a respeito da formação inicial, pois para elas a formação inicial tem uma falha quando se trata de uma boa formação na área da educação inclusiva e é necessário que as instituições de ensino superior modifiquem seu currículo quanto a disciplinas e quanto aos assuntos e relacionadas a essa temática e o aumento da carga horária, proporcionando ao professor em formação uma experiência mais prática com alunos com deficiência.

A formação específica para o trabalho docente com crianças com deficiência é essencial, visto que é necessário que o profissional tenha habilidades e competências para desenvolver atividades específicas e desenvolver na criança com deficiência a capacidade de desenvolver as atividades e a aprendizagem, para isso é necessário que o professor tenha o conhecimento sobre a dificuldade de cada aluno. A formação continuada é fundamental para que o professor desenvolva essas competências e entenda a diferença de educar cada criança de acordo com suas especificidades. Assim, foi questionado aos participantes: **Como ocorre sua formação em relação ao ensinar crianças com deficiência? Foi uma formação adequada?**

PEDAGOGA ATHENA: A minha pós em psicopedagogia foi muito rica, pois contemplou todas as deficiências. Na minha pós eu entendi o que é deficiência, quem é o aluno com deficiência, qual aluno que precisa do atendimento psicopedagógico, essa formação me garantiu esse conhecimento de saber realmente quem precisa desse atendimento, e como trabalhar ele em sala de aula.

PEDAGOGA AFRODITE: **Como toda formação, sempre deixa a desejar!** Para o cenário que estamos vivenciando hoje em sala de aula, precisamos muito avançar nas formações.

A professora **Athena** esclarece que sua pós-graduação em Psicopedagogia foi essencial para o entendimento do que são as deficiências, qual aluno precisa do atendimento psicopedagógico e como ela pode trabalhar e desenvolver atividades com alunos com deficiências dentro da sala de aula. Percebe-se que a formação continuada é importante na hora

de ensinar alunos com deficiência, pois de acordo com a professora **Athena** ela permite ao professor uma aprendizagem mais adequada e rica sobre a educação inclusiva, que na formação inicial ela não conseguiu ser contemplada.

Para a professora **Afrodite** as formações são falhas, e sempre deixam a desejar, para ela até mesmo a formação continuada não é suficiente para realizar uma prática adequada, para a entrevistada é preciso que se repense o currículo das pós-graduações e é necessário um avanço, uma melhora, uma mudança, para a professora é necessário que reestruuturem as pós-graduações para que elas possam nutrir melhor as expectativas dos estudantes e para que eles tenham uma melhor didática em sala de aula, pois a pós é exatamente para isso, aperfeiçoar o conhecimento do professor para que ele tenha uma prática mais eficiente e que possa ajudar na compreensão do aluno a respeito das atividades repassadas.

A professora **Afrodite** tem pós em Gestão Escolar e Educação de Jovens e Adultos, ou seja, a professora não tem pós na área da educação inclusiva, mas pela pós que cursou, ela percebeu que essas formações continuadas necessitam urgente de uma melhoria, pois o cenário que estamos vivenciando hoje na educação e na sociedade, a entrevistada percebe que há uma grande necessidade de mudança e melhoria, e quando falamos de educação inclusiva, aí que precisamos de melhoria pois ainda existe muito preconceito para que essas pessoas tenham acesso a escola de ensino regular.

Segundo Nóvoa, (2019), Freire, (1991), e Mello, (1994) a formação continuada é uma possível saída para a o avanço da qualidade da educação, pois dentro do contexto educativo atual é necessário que o professor busque essa formação, para lhe trazer conhecimento que possa contribuir na educação futura.

Nesse contexto, Freire (1991, p. 58) diz "Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática". Sob essa visão, o autor fala que é necessário praticar, é na prática que se aprende, é buscando novos conhecimentos, observando, errando muitas vezes, ensinar exige muito mais que ser apenas um transmissor de conhecimento, é buscar sempre novos metodologias, novas formas para ensinar na sala de aula, pois dentro da sala de aula existe uma diversidade de pessoas que precisam dessa capacitação do professor para conseguir aprender, por isso que a formação continuada é importante, pois é com ela que o professor está sempre inovando e ensinando de forma prazerosa e que o aluno consiga entender.

Dessa forma, vemos que os autores e a professora **Athena** tem o mesmo ensino a respeito da formação continuada que ela proporciona uma melhoria na qualidade da educação tanto para o aluno quanto para o professor, pois ambos se beneficiaram. E é uma experiência

riquíssima quanto ao conhecimento e novas habilidades. Já a professora **Afrodite** acredita que a formação continuada precisa de uma melhoria significativa quanto, pois vivemos em um mundo que constantemente está mudando, então é necessário que as pós-graduações ofereçam uma educação com mais qualidade aos profissionais em geral. Visto isso, vemos que ambas as partes têm o seu próprio entendimento a respeito da formação continuada, e que ambas estão certas, pois a educação é algo que precisa sempre estar em constante mudança e melhoria, para que no futuro tenhamos uma educação mais qualificada.

Seguindo essa linha de raciocínio o autor Paulo Freire (2003) acredita que a busca por formação deve partir dos docentes por meio das experiências vividas em sala de aula, com isso ele afirma que:

Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer formação permanente do ensinante [...]. (FREIRE, 2003, p. 28).

A formação continuada de acordo com o autor é essencial para a prática em sala de aula, pois é um processo permanente, ou seja, é necessário que o professor sempre busque por novos conhecimentos, novas metodologias, pois a medida que se vai tendo a experiência, se ela for bem vivenciado pelo professor ele mesmo perceberá que é necessário buscar essa formação continuada para a aquisição de novos saberes. Porque a formação continuada proporciona ao professor novas metodologias, novas formas de ensinar o aluno, o autor quer dizer que o mundo ele muda, evolui, e assim tem que ser a educação, e para que essa educação mude e melhore é fundamental que o professor esteja evoluindo junto com mundo, e um das formas de evoluir e buscar melhorias é através da formação continuada.

Nesse mesmo contexto Paulo Freire (2001, p. 43) “Por isso é que na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática [...]”, dessa forma a formação continuada é uma forma do próprio profissional rever suas práticas, nessa formação ele vai refletir criticamente as suas práticas, se elas estão adequadas para serem repassadas, se são adequadas para aquele contexto ao qual está inserido. Então, é o momento de reflexão e de motivação para melhorar sua formação.

Portanto, ao analisar as falas das professoras com a do autor é notório que a professora **Athena** de certa forma tem o mesmo pensamento do autor em relação a formação continuada, pois ela foi atrás dessa formação porque percebeu que seu conhecimento não era suficiente para realizar a prática em sala de aula com alunos com deficiência, então ela foi em busca desse conhecimento, ela refletiu sobre sua experiência na sala e percebeu que precisava melhorar, e

como Paulo Freire (2001) disse a formação continuada é o melhor momento para refletir criticamente sobre sua prática.

A interlocutora **Afrodite**, disse que é necessário reconstruir os currículos de formação continuada, e isso é verdade, há muitas lutas ainda pela frente para moldarmos a educação, mas como Paulo Freire (2001) afirma, é preciso que o profissional ao fazer a formação continuada busque melhorar refletir primeiro sobre sua didática e busque sempre o conhecimento, sempre se aprimorar de novas ideias, para que a educação seja transformada e formamos seres humanos críticos.

4.3 Concepções docentes sobre educação inclusiva

A educação inclusiva é uma área bem ampla, ela engloba uma educação para todos, proporcionando diversidade na escola, inclusão social, sem desigualdade ou discriminação. A educação inclusiva luta pelo direito de todos terem educação de qualidade e equitativa, que todos tenham um ensino-aprendizagem livre de preconceito onde a escola e a sociedade se torna acessível para todos. Nesse contexto, a educação inclusiva visa garantir o acesso de qualidade a educação, pretendendo não apenas focar na dificuldade, mas sim no potencial de cada aluno para que todos possam aprender de forma eficiente sem precisar haver subdivisão, o foco da educação inclusiva é fazer com que o aluno com deficiência, grupos marginalizados, como minorias étnicas, LGBTQ+, e comunidades de baixa renda, todos esses citados fazem parte da educação inclusiva, mas trazendo especificamente para a área da deficiência, a educação inclusiva é fundamental para essas pessoas, pois foi com eles que pessoas com deficiências conseguiram alcançar alguns direitos, para que hoje pudessem adentrar a escola de ensino regular e tivessem recursos didáticos e tecnologias assistivas para a melhoria de sua aprendizagem. Seguindo esse pressuposto, foi perguntado às entrevistadas:

Qual a sua concepção sobre educação inclusiva?

PEDAGOGA ATHENA: Inclusão, socialização, **igualdade** de oportunidades, participação familiar.

PEDAGOGA AFRODITE: É a **igualdade** de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando as diversidade étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas e sensoriais dos seres humanos.

De acordo com as professoras entrevistadas, a educação inclusiva tem uma variedade de conceitos, ou seja, é uma temática bastante abrangente, na qual, as professoras **Athena** e **Afrodite** trazem o seu entendimento sobre educação inclusiva, e para elas é a igualdade de

oportunidades, socialização, participação familiar, a valorização das diferenças humanas, colocaram conceitos que descrevem de forma bem explicita que a educação inclusiva é portanto uma variedade de temas, que envolve todas as pessoas, envolve a igualdade para todos, a equidade na educação, a valorização das diversidade que estão inseridas no cotidiano escolar.

Nesse sentido, as docentes entendem educação inclusiva como a inclusão de todos na sociedade e escola, sem preconceito ou desigualdade, é valorizar todas as pessoas sem exceção, mantendo a qualidade de ensino para todos. A professora **Athena** frisou que a participação familiar é importante para a inclusão, e isso é verdade, pois a família precisa ser a primeira a incluir esse aluno com deficiência na escola, e buscar pelos direitos dele, ou seja, a família é essencial e precisa está presente na educação dessa criança, pois facilita a aprendizagem e interação dele na escola, deixando a criança mais a vontade e ajudando na realização das atividades e incentivando a esse aluno que o lugar dele é na escola junto com todos os outros alunos.

Outro ponto importante de se falar é sobre a valorização das diferenças humanas, a presença **Afrodite** cita isso em sua fala, deixando bem evidente que devemos respeitar e valorizar as diferenças individuais de cada pessoa, entendendo que cada uma tem suas características únicas e proporcionam contribuições incomparáveis para a sociedade. Valorizar as diferenças é construir uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo a diversidade no campo educacional.

Na observação feita nas turmas do 1º ano do ensino fundamental da professora **Athena** e na do 2º ano da professora **Afrodite**, foi possível perceber que ambas as professoras inclui todas as crianças nas aulas, e notasse que elas têm o entendimento da necessidade de aprendizagem de alguns alunos. As professoras são pacientes e se dedicam a ensinar essas crianças, principalmente na dificuldade delas, as professoras estão sempre indo a mesa e vendo se os alimentos estão conseguindo fazer a atividade, se ela percebe alguma dificuldade, ela tenta facilitar e ajudar esses alunos. As professoras **Athena** e **Afrodite** incluem todos os alunos nas atividades e trata todos igualmente, mas sempre observando os alunos que possuem dificuldades na hora de aprender.

Os direitos infantes juvenis são amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 1990 e pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação – (LDB), promulgada em 1996. A LDB diz que os responsáveis pelo processo de aprendizagem, são os profissionais da educação em conjunto com os pais, responsáveis e a família, ou seja, a família é um fator importante na construção do conhecimento e desenvolvimento do aluno, os familiares precisam ter integração com a escola, colaborar com as atividades educativas e os

eventos educacionais, tem o dever de matricular seus filhos e manter na escola de ensino regular (Brasil, 1996).

Para Vigotski (1991), a família é uma organização social que tem uma influência muito grande e de uma importância significativa quando se trata do processo decisório no desenvolvimento do ser humano. Para que haja a inclusão, é necessário que a família seja a primeira a dar o pontapé inicial, é fundamental que a família da pessoa deficiente aceite a deficiência e busque melhorias de acesso e educação para essa pessoa. Infelizmente, algumas famílias acabam tendo uma proteção excessiva e tendo crenças limitantes, que acabam prejudicando a inserção de pessoas com deficiência no ambiente escolar, prejudicando mais ainda o desenvolvimento dessa pessoa.

Ademais, as autoras Santos; Barbosa (2016. p. 07) abordam que “É necessário compreender os processos de inclusão para desenvolvermos a cultura inclusiva. Mudanças de valores não acontecem da noite para o dia e, sim, mediante construções e desconstruções individuais e coletivas”, ou seja, para as autoras é necessário que haja um conhecimento a respeito da inclusão para que se faça ela, a pessoa precisa conhecer o que é educação inclusiva, para desenvolver essa cultura inclusiva dentro da sociedade, as autoras falam que é um processo demorado, e é necessário que todos estudem sobre e busquem incluir todos.

A autora Aranha (2000. p. 2) discorre que a “A ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isso significa garantia de acesso de todos, as todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social”, ou seja, a autora fala que toda criança tem que ter acesso a garantia de oportunidades, a criança ela tem direito a educação de qualidade, ter o nível de educação significativo, e que tenha a orientação inclusiva, e que participe de programas educativos independentemente de suas necessidades, Pois cada ser humano tem capacidades e necessidades de aprendizagem particulares.

Ao associar a fala dos autores com a das pedagogas, nota-se que tanto a interlocutora **Athena** quanto **Afrodite** possuem o mesmo entendimento a respeito da educação inclusiva, os autores explicam a importância da família da inclusão e da igualdade de oportunidades para a educação inclusiva, que esses pontos são fundamentais para se fazer a inclusão e proporcionar uma melhor educação para crianças com deficiência.

4.4 Práticas pedagógicas de professores que atuam com alunos com deficiência: recursos e desafios

As práticas pedagógicas de professores são de grande importância para o desenvolvimento dos alunos e de todo campo escolar, e quando se trata de crianças com

deficiência é necessário que seja planejado e organizado de forma adequada e minuciosa, é preciso que seja incluído no PPP a questão da diversidade em sala de aula, projetos na escola relacionados à deficiência e inclusão, atividades que contemplem as necessidades dos alunos entre outros aspectos. É importante que os professores busquem sempre novos métodos de ensino e elaborem práticas mais adequadas a deficiência de cada aluno, pois é necessário que o profissional entenda que cada criança tem sua própria forma de aprender.

O professor como mediador da aprendizagem precisa inovar em suas atividades em sala e procurar fazer, desenvolver ou comprar recursos que desempenha nos alunos uma aprendizagem que proporcione entusiasmo, alegria, criatividade, desenvolvimento motor m, cognitivo, sensorial e outros aspectos, e para que melhore as dificuldades e desafios se torna fundamental que o professor busque sempre se aprofundar mais ainda de estudos relacionados a essa temas.

Nesse sentido um ponto importante a ser discutido é sobre os recursos utilizados com crianças com deficiência, é notório que a ludicidade é muito importante no processo de ensino-aprendizagem das crianças, os recursos utilizados pelo os professores precisam ser pensados, planejados e organizados, não é apenas levar qualquer recurso, é preciso que esse recurso proporcione alguma aprendizagem para a criança e ajude no processo de desenvolvimento dela, e para crianças com deficiência é necessário mais ainda saber qual recurso se encaixa na dificuldade e habilidades daquela criança. Partindo desse contexto foi feito as seguinte pergunta as interlocutoras: **Que recursos você utiliza com crianças com deficiência?,**

PEDAGOGA ATHENA: Dependendo da especificidade da criança o que ele mais necessita eu produzo, eu produzi um livro de recursos sensoriais que foi feito para uma criança com Down, esse recurso foi produzido para a criança aprender a amarrar, da nós, fazer pareamento de cores, texturas, liso, áspido, contar quantidades, esse livro foi feito em E.V.A. Faço uso de materiais de encaixe, para desenvolver a coordenação motora, faço atividades manual com a letra ampliada para alunos com baixa visão. Atividades diversas.

PEDAGOGA AFRODITE: Depende muito da criança, cada aluno tem sua especificidade. O lúdico é um recurso muito utilizado por sua importante contribuição na aprendizagem de alunos com deficiência intelectual e no avanço no processo inclusivo.

Analisando as falas das entrevistadas, constata-se que ambas as professoras utilizam o lúdico como forma de ensinar crianças com deficiência, para elas a utilização de recursos

lúdicos proporciona às crianças com deficiência uma melhor aprendizagem e desenvolvimento, as pedagogas **Athena** e **Afrodite** falam que dependendo da especificidade da criança elas utilizam o lúdico para contribuir com o aprendizado da criança e ajudar no seu desenvolvimento motor, cognitivo, sócio-emocional, linguagem, e outros aspectos.

A professora **Athena** fala que produziu um livro de recursos sensoriais, nota-se que esse livro ajuda bastante as crianças com deficiência pois eles têm várias funções, como diz a professora em sua resposta, esse livro ajuda bastante a criança a conhecer tipos de texturas, as cores, ajuda no desenvolvimento motor ao dar nós, ou seja, esse livro proporciona às crianças a desenvolver várias habilidades e ajuda na aprendizagem. A professora **Athena** ainda completa que faz o uso de várias outras atividades para contemplar as necessidades e dificuldades desses alunos.

Entretanto, as tecnologias assistivas são importantes na aprendizagem dos alunos com deficiência, e nota-se uma necessidade de que os professores trabalhem com essas tecnologias, notou-se que ambas as entrevistadas não trabalham com os recursos de tecnologias assistivas, o que ocasiona uma falha no que se refere a qualidade de ensino, aprendizagem e facilidade para esses alunos, a falta deles dificulta o processo de desenvolvimento de crianças com deficiência.

Observou-se na sala de aula que as professoras **Athena** e **Afrodite** realmente utilizam recursos lúdicos, brincadeiras, jogos e músicas para o desenvolvimento das crianças, ao decorrer da observação foi possível notar que a sala tem recursos de textura nas paredes, vários outros recursos guardados no armário e no canto da sala, jogos de quebra-cabeça, alfabeto móvel, as professoras utilizavam atividades impressas e escritas também, livro didático. Nesse sentido, a observação constatou que realmente as professoras fazem o uso do lúdico como forma de desenvolver na criança habilidades e competências, outro ponto importante são as atividades, brincadeiras e jogos em grupo que ajuda as crianças com deficiência a se socializar com outras crianças, a incluir e fazer aquela criança se sentir acolhida e confortável para se comunicar e desenvolver as atividades e não se sentir excluída.

Diante do exposto, Vygotsky (1987, p. 35) explica que “a brincadeira auxilia na criatividade, na imaginação e na fantasia que interagem para a construção de novas possibilidades e interpretações, auxiliando nas construções sociais das crianças com os adultos”, partindo dessa perspectiva, o lúdico na educação infantil é fundamental no processo educativo da criança e no desenvolvimento, pois auxilia de formas diversas nesse processo, o lúdico ajuda a criança a entender suas emoções, por meio do brinquedo ela consegue compreender o contexto em que está inserida, consegue desenvolver seu pensamento criativo e crítico, consegue

interagir com a professora e os colegas de sala de aula, consegue desenvolver habilidades de socialização na escola e em todo o seu contexto social.

Vygotsky (2003, p. 157) nos diz que "a linguagem surge inicialmente como um meio de comunicação entre a criança e as pessoas de seu ambiente". Ou seja, a criança não nasce com essas habilidades, é um processo de desenvolvimento, esse processo não é puramente da sua maturação, mas também de sua interação com o mundo, com as pessoas em sua volta. Então a aprendizagem se dá por meio da socialização com outros.

Em vista disso, podemos observar pelas falas das entrevistadas e do autor, que a ludicidade é um processo importante para aprendizagem e desenvolvimento das crianças, Vygotsky e as interlocutoras **Athena** e **Afrodite** compartilham isso em suas falas, é fundamental que o professor faça a utilização de recursos, brincadeiras, jogos, atividades de socialização, entre outras atividades, pois esse tipo de atividade proporciona à criança um ambiente escolar mais saudável e prazeroso, onde ela vai está a vontade e vai conseguir expressar seus sentimentos e habilidades por meio da ludicidade. Esse tipo de atividade não é apenas para a criança brincar, ele tem um contexto por trás e uma forma do professor compreender as dificuldades e habilidades do aluno, e também uma forma de desenvolver a criatividade, imaginação e os outros pontos que foram abordados acima.

Entretanto é preciso muito mais que o lúdico para desenvolver aspectos importantes no processo de desenvolvimento dessas crianças, pois cada uma tem suas habilidades e especificidades diferentes, então é necessário que tanto as professoras com a escola, busque incrementar na educação dessas crianças a tecnologia assistiva, pois irá contribuir muito no ensino-aprendizagem dessas crianças.

As metodologias de ensino-aprendizagem são importantes no processo de aprendizagem dos alunos, é por meio dessas metodologias que o professor vai decidir as atividades vão ser trabalhadas e de que forma essa atividade vai ser transmitida para os alunos, se é expositiva, dialogada, magistral, prática e o professor precisa estudar a fundo e ver qual a melhor metodologia a ser usada naquela sala de aula. Existem vários tipos de metodologias, como a metodologia tradicional, montessoriana, freiriana, construtivista, entre outras. Não só o professor utiliza dessas metodologias, a escola como um todo precisa analisar e desenvolver a metodologia que mais necessita naquele ambiente. Dessa forma, foi perguntado para as professoras: **Quais metodologias de ensino-aprendizagem você utiliza para atender às necessidades educacionais de crianças com deficiência?**

PEDAGOGA ATHENA: (...) a metodologia é bem **específica** para cada criança, uso a leitura, escrita, aulas interativas e práticas.

PEDAGOGA AFRODITE: Primeiro conhecer as **necessidades de cada aluno**. Utilizar recursos que proporcione **resultados** para todos. Conhecendo diversos tipos de metodologia, quais os mais adequados para determinados propósitos. Ex: aulas interativas, costuma trazer melhor resultados quando pretendemos que os alunos se apropriem de conceitos.

Observando as falas das entrevistadas, percebeu-se que a professora **Athena** utiliza diversas metodologias em sala de aula, a professora ressalta que a metodologia é específica para cada criança, ou seja, ela ver qual metodologia se encaixa melhor na apresentação da criança e faz o uso dela, dessa forma a professora busca escolher a metodologia que mais se encaixa na formação e maturação da criança. Isso proporciona uma aprendizagem significativa para a criança, pois ela vai aprender da maneira mais adequada, pois a metodologia vai se encaixar nas suas competências e adversidades.

A pedagoga **Afrodite**, relata o mesmo que a professora **Athena**, que é preciso conhecer a necessidade de cada aluno, mas ela acrescenta que é necessário utilizar recursos que venha a proporcionar aos alunos resultados significativos no processo educativo e que também é preciso conhecer vários tipos de metodologias e ver qual mais se adequa a realidade de sala de aula, a professora fala que costuma utilizar a metodologia interativa onde os alunos se apropriam dos conceitos de cada temática.

Diante disso, Libâneo (1990, p. 152) fala que “os métodos de ensino são as ações do professor pelas quais se organizam as atividades de ensino e dos alunos para atingir objetivos do trabalho docente em relação a um conteúdo específico”. Ou seja, as metodologias são meios para atingir os objetivos e metas a serem alcançados em sala de aula. Existem vários métodos de ensino, os mais conhecidos e utilizados em sala de aula são: Método Montessori, Metodologia Reggio Emilia e Metodologia Waldorf, Metodologia Tradicional e Metodologia Construtivista de Piaget. Todas essas metodologias fazem parte do cotidiano dos alunos, os professores não costumam utilizar apenas uma, mas sim, variam na hora de utilizar essas metodologias, pois todas têm sua contribuição para a educação de qualidade.

Na observação, percebeu-se que as professoras utilizam bastante a aula dialogada, expositiva e prática, a professora sempre fazendo indagações aos alunos no meio das atividades, sempre buscava interação deles, e principalmente dos alunos com deficiência, a professora chamava pra frente, para escrever no quadro, ler frases, entre outros, mas sempre buscava incluir todos os alunos nas atividades.

Libâneo (1990) discorre de como as metodologias se encaixam na formulação das atividades, e que elas contribuem para uma melhor educação, visto isso, percebe-se que as entrevistadas fazem o uso dessas metodologias e buscam encaixar a que melhor facilite a compreensão dos alunos, sendo assim, as metodologias são essenciais para que se tenha uma educação adequada e de qualidade.

A prática educativa é fundamental no processo de aprendizagem dos alunos, se o professor tem uma boa prática, consequentemente os alunos irão se desenvolver melhor, então é preciso que o professor sempre busque mais conhecimentos para proporcionar uma aula mais interessante para os alunos. Nesse contexto, foi questionada a seguinte pergunta às entrevistadas: **Como você caracteriza sua prática educativa em ambiente escolar?**

PEDAGOGA ATHENA: Para ter uma boa prática eu fiz minha formação baseada nesse caminho, que foi a **psicopedagogia**. Mas priorizo o meu **estudo individual**, que é a leitura, pesquisa, produção de materiais, a minha prática se baseia em tudo que foi dito, pois assim consigo entender a necessidade de cada um e realizar as atividades com eles.

PEDAGOGA AFRODITE: Como uma ação, guiada por metodologias, práticas condizentes com o objeto pedagógico. **Essas práticas sempre estão alinhadas com o objetivo da aula.**

A professora **Athena** fala que para ter uma boa prática para ensinar crianças com deficiência, fez sua pós em psicopedagogia, para aprender sobre o assunto e assim saber como lidar e ensinar essas crianças, mas além disso ela continua fazendo os seus estudos individuais, que se torna bastante importante, pois quando o professor busca sempre se aprimorar de mais conhecimentos ele está sempre em um processo de evolução e conhecimento, e se utilizando dos conhecimentos contemporâneos que são importantes, pois cada dia a educação vai evoluindo e é necessário que o professor evolua junto para realizar uma boa prática em sala de aula. Um professor com formação contínua elaborar melhor sua didática e realizar uma prática mais eficiente em sala e em todo seu campo escolar.

A professora **Afrodite** caracteriza sua prática pedagógica como uma ação guiada, ou seja, ela baseia sua prática nas metodologias buscando práticas que se alinham aos objetivos pedagógicos. Nesse sentido, a professora **Afrodite** executa sua prática de acordo com o objetivo da aula, ela elabora a aula buscando metodologias que se encaixem no objetivo da aula e realiza a atividade de acordo com as necessidades dos alunos.

Ao observar as duas pedagogas em sala de aula foi possível notar que ambas possuem uma prática apropriada para as necessidades observadas em sala de aula, tanto a turma de 1º ano quanto a turma de 2º ano possuem alunos com deficiência, notou-se que todos eles possuem

uma dificuldade em compreender algumas coisas, entretanto, as professoras buscavam sempre interagir esses alunos nas aulas, nas atividades educativas. Foi visto que ao participarem eles se sentiam mais incluídos e interessados em desenvolver as atividades, assim percebe-se que é importante o professor ter uma boa prática e envolver os alunos nas atividades, isso contribui bastante para o aprendizado desses alunos, as professoras sempre buscavam isso na aula, envolver na aula e ajudar individualmente cada um nas atividades.

Segundo Freire (2004, p.91) “O professor precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. Ele deixará de ser um lecionador para ser um organizador do conhecimento e da aprendizagem.” Freire (2004) aponta que para que o professor tenha uma boa prática educativa é preciso fazer a reflexão de sua prática, é fundamental que eles busquem se aprimorar de novos métodos, conteúdos, saberes para que não só ele se aproprie desses conhecimentos mas que possa repassar aos seus alunos. É preciso que o professor goste de sua profissão, ensinar envolve sentimentos, emoções, diálogo e para buscar melhorias é preciso amar o que faz, é preciso que o momento de ensinar seja harmonioso para assim acontecer aprendizagem significativa.

O professor não é apenas um transmissor do conhecimento, mas de uma forma coletiva uma troca de experiências, trazendo para a sala de aula uma bagagem cultural, social e buscando o pensamento crítico dos alunos.

Nota-se que as professoras **Athena** e **Afrodite** buscam sempre melhorar sua prática buscando novas formas de aprender, e é isso que o autor Freire (2004) defende, que para uma boa prática é necessário está sempre em busca de novos conhecimentos e dá sentido ao que estão fazendo e apontar novos sentidos para o que fazer, ou seja, para como ensinar, para como executar essas atividades, para como transmitir esse conhecimento de forma que esses alunos consigam aprender o que está sendo ensinado.

As dificuldades para ensinar alunos com deficiência é uma pauta muito importante de se discutir, pois percebe-se que a maioria dos professores tem um despreparo ao ensinar crianças com deficiência, muitos ainda não conseguem entender as diferenças existentes em sala de aula, e acabam dando aula sem se importar com as adversidades de sala de aula, dificultando ainda mais a questão da educação inclusiva na escola, pois tratam a criança como se fosse inexistente sem se preocupar com a aprendizagem delas. Visto isso, foi feito a seguinte pergunta às entrevistadas: **Quais dificuldades você enfrenta para ensinar-alunos com deficiência?**

PROFESSORA ATHENA: Sim, tenho dificuldade, porque até a gente entender **como a criança consegue aprender, como**

ela/ele consegue realizar as atividades, até entender esse processo é muito delicado. De acordo como a gente vai conhecendo o aluno a gente adquire essa habilidade de saber exatamente o que fazer, como fazer, como ajudar, é um processo longo. As dificuldades são o tempo todo, e o menor avanço que a gente consegue é significativo demais.

PROFESSORA AFRODITE: Falta de formação direcionada ao tema, recursos limitados, salas lotadas, apoio pedagógico limitado.

Ao analisar as falas das professoras **Athena** e **Afrodite** é notório que elas têm dificuldades diferentes de certa forma, a professora **Athena**, relatou que a dificuldade dela é entender como aquela criança aprende, ela primeiro analisa a dificuldade e habilidades dessa criança para poder desenvolver atividades com ela, ela afirma que é um processo demorado e que demanda muito tempo e dedicação, é com o contato e experiência com o aluno que ela vai conseguir desenvolver a habilidade de saber como ensinar e como preparar atividades que proporcionem uma aprendizagem significativa para esse aluno, para ela o menor avanço é uma conquista, pois cada vez que o aluno consegue desenvolver uma atividade que antes não conseguia é uma vitória, e de certa forma até incentiva o próprio professor à não desistir, e nesse caso o aluno só tem a ganhar. Essa forma de pensamento da professora **Athena**, é bastante importante e necessária, pois se todos pensassem assim, talvez a educação inclusiva não seria algo tão distante de se conseguir.

Explorando a fala da professora **Afrodite**, ela descreve de forma minuciosa mais pontos muito importantes sobre essa dificuldade de ensinar crianças com deficiência, para ela um ponto que dificulta esse processo é a falta de formação direcionada ao tema, ou seja, tanto dela como profissional como da escola que não traz esse tipo de formação para os professores, e essa falta de conhecimento sobre deficiência e de como trabalhar ela em sala de aula acaba dificultando muito a aprendizagem das crianças, os recursos que a professora fala são de suma importância para trabalhar a questão de brincadeiras, jogos, atividades diversas, isso acaba dificultando o desenvolvimento da criança, pois os recursos sejam eles quais for, melhoram a qualidade de ensino para essa crianças e se não tem na escola pode ocasionar uma falha no ensino.

De acordo com Mantoan (2003, p. 12):

Sendo ou não uma mudança radical, toda crise de paradigma é cercada de muita incerteza, de insegurança, mas também de muita liberdade e de ousadia para buscar outras alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento que nos sustente e nos norteie para realizar a mudança.

Nesse sentido, a autora explana que mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos professores, é preciso que eles sejam capazes de buscar esse conhecimento para exercer essa função e desenvolver essa prática em sala de aula, é importante que o professor sempre busque alternativas para melhorar sua prática e conseguir fazer uma transformação na sala de aula. Mantoan (1997) fala que é preciso buscar adaptações físicas da sala de aula e escola. As dificuldades para ensinar pessoas com deficiência é o que mais atrapalha o desempenho dessas pessoas das quais são: falta de recursos adequados para atender as necessidades específicas de cada aluno, capacitação adequada para os professores lidarem a diversidade em sala, a infraestrutura física, a falta de conhecimento de todo campo escolar, o apoio pedagógico, entre muitas outras dificuldades que o professor enfrenta para ensinar crianças com deficiência.

Dessa forma, nota-se que as dificuldades enfrentadas são muitas e de acordo com a autora é necessário conhecer as dificuldades e trabalhar para melhorar sua prática educativa, em vista disso, a entrevistada **Athena** entra em acordo com a autora quando ela traz essa fala “o que fazer, como fazer, como ajudar”, que no caso seria como buscar esse entendimento sobre o assunto e transformar em prática educativa que proporcione uma educação adequada para crianças com deficiência.

A fala da professora **Afrodite** também está no mesmo sentido da autora, pois esta fala sobre as dificuldades de recursos, capacitação do professor, infraestrutura, entre outros pontos abordados, com isso, percebemos que é preciso muita mudança ainda em relação a escola e professores para que se haja uma educação inclusiva de qualidade, manter essa educação com padrão de qualidade e que seja uma educação equitativa.

O planejamento é um dos momentos mais importantes, pois no planejamento vai ter todo o contexto da aula, é nesse momento que o professor ver quais objetivos quer alcançar, e de acordo com a temática propor atividades que englobam a temática e que todos os alunos consigam desenvolver e ter uma aprendizagem significativa com essa atividade. O planejamento é o momento no qual o professor vai averiguar todas as habilidades, dificuldades e desafios dos alunos e de acordo com isso irá construir um planejamento que viabilize a aprendizagem das crianças. A vista disso, foi feita a seguinte pergunta às pedagogas: **Como você planeja as atividades e avalia o desenvolvimento de alunos com deficiência?**

PROFESSORA ATHENA: O **planejamento** é de acordo com o que a criança apresenta, se ela está precisando da escrita, leitura, coordenação motora, ou é uma outra necessidade que a criança apresenta, o planejamento tem que incluir isso. A avaliação é diária, é mediante tudo que a criança desenvolveu, o desempenho

nas atividades, existe a avaliação comum que todos fazem, é nessa atividade que vejo as dificuldades e o avanço, a criança é avaliada mediante ao que ele realiza.

PROFESSORA AFRODITE: Primeiro tenho que conhecer os alunos, quais habilidades adquiridas. A parti dessas informações começo a planejar atividades que envolva toda a turma. Na hora de avaliar, descobrir as principais dificuldades e potencialidades dos alunos. Considerar aquilo que o aluno conseguiu adquirir e avançar nas disciplinas.

Examinando a fala das professoras, fica evidente que ambas as professoras para fazer o planejamento antes procuram conhecer o aluno e quais necessidades eles apresentam, com isso tanto a pedagoga **Athena** quanto **Afrodite** tem a mesma didática quando se trata de planejar a aula, e vendo as respostas é bastante importante conhecer o aluno primeiro para saber o que ele está precisando desenvolver, então as professoras agem de acordo com a necessidade de cada aluno, e isso ajuda muito pois quando se olha para cada aluno para entender suas necessidades e habilidades o professor consegue desenvolver a atividade da qual o aluno vai conseguir aprender e desenvolver melhor suas capacidades.

Quanto à avaliação as professoras **Athena** e **Afrodite** falam que sua avaliação é mediante a tudo que o aluno faz, elas observam o desempenho nas atividades, se ele conseguiu realizar ou se houve alguma dificuldade, elas falam sobre a avaliação diária, que pela observação eu percebi que elas utilizam a tarefa impressa onde ambas percebem se o aluno consegue responder ou escrever sozinho, ou seja, tudo o que a criança faz em sala é considerado na avaliação das professoras, é com essa avaliação que as professoras percebem as dificuldades e começam a desenvolver atividades as quais vai potencializar o desenvolvimento dessas crianças.

Segundo Libâneo (1994, p. 222) o planejamento é de suma importância por tratar-se de: "Um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social". Ou seja, o autor fala que o planejamento precisa ser algo organizado, é importante que o plano de aula esteja articulado com o objetivo de aprendizagem, o plano de aula é feito para organizar as atividades propostas e promover uma aprendizagem significativa de acordo com as necessidades dos alunos.

Nesse contexto, percebe-se que as falas das interlocutoras tem haver com que o autor fala, pois ambas produzem o planejamento de acordo com o objetivo a ser alcançado que no caso é a aprendizagem significativa do aluno visando melhoria de qualidade no desenvolvimento de todos, e o autor fala o mesmo que é importante organizar o plano de aula, para que entre em articulação com a problemática do contexto social, que no caso são as

adversidades e demandas dos alunos, e isso se torna mais importante ainda para desenvolver atividades que contribua para as necessidades dos alunos com deficiência. Nesse caso, o planejamento é algo indispensável na hora de elaborar as atividades, pois é com ele que o professor consegue se organizar melhor e desenvolver as atividades com mais facilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta investigação, constatou-se que os contributos da formação de professores para a realização de práticas educacionais relacionadas a educação inclusiva são imprescindíveis, pois a formação precisa ser de qualidade e, para isso, há a necessidade de uma melhoria nos currículos quanto às disciplinas na perspectiva inclusiva na formação inicial do professor. Fica evidente que para termos melhoria quanto a qualidade de ensino para crianças com deficiência, é preciso que o professor busque sempre se adaptar a novos conhecimentos e buscar formação continuada relacionada à educação inclusiva, para que assim possamos futuramente ter uma educação mais equitativa.

Com base no que foi apresentado, a formação de professores no âmbito da educação, ainda é algo que precisa ser muito discutido, pois há uma demanda muito grande em relação a formação continuada para professores da rede pública, o estado precisa criar medidas e políticas públicas para que todos os professores tenham acesso a formação relacionada a educação inclusiva dentro da escola fora dela, pois há uma carência dos professores em saber lidar com a diversidade em sala de aula, e mesmo tendo uma pós-graduação na área da educação inclusiva, ainda existe uma dificuldade em compreender as necessidades dos alunos, mesmo com portaria nº 1.793/94 e as Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) que recomendam a inserção de disciplinas, conteúdos, cursos de graduação e especialização para as diversas áreas da educação especial, ainda necessita-se de uma reformulação quanto às leis e decretos relacionados a formação docente.

Ao que se refere às concepções docentes em relação à educação inclusiva, ficou esclarecido que as docentes falam de forma explícita, mas, trazendo breve conceitos sobre educação inclusiva, que no caso esta, seria voltada para a inclusão, igualdade de oportunidades, valorização das diferenças, entre outros pontos. Mas, esse conhecimento não é o suficiente, para considerar educação inclusiva, visto que, às interlocutoras mostraram dificuldade em responder a pergunta relacionada ao entendimento deles sobre educação inclusiva, conforme relato, a educação inclusiva é uma área ampla, mas que precisa ser mais valorizada pelos professores, escolas, pais, sociedade e estado.

Em relação às práticas pedagógicas realizadas por professores com alunos com deficiência, constatou-se que é preciso muitas mudanças, pois alguns professores e escolas desconhecem a utilização de recursos de tecnologia assistiva, ou seja, as professoras focam no lúdico como principal fonte de desenvolvimento para essas crianças, e é sim um ponto fundamental no desenvolvimento e ajuda muito as crianças com deficiência, mas, a tecnologia assistiva complementa de forma muito mais ampla no que se refere ao desenvolvimento, a autonomia, a autoconfiança, esse recursos proporciona, materiais, sites, aplicativos, softwares, equipamentos, entre outros. Por isso é de suma importância que essa tecnologia assistiva seja trabalhada em todas as escolas e disponibilizada para alunos com deficiência.

Dessa forma, o resultado que se obteve dessa pesquisa acerca do cenário da educação inclusiva, formação de professores e práticas pedagógicas, é que necessita-se de uma melhoria na educação no geral, pois em relação a educação inclusiva à uma falha não só da escola mas do contexto social todo, pois a uma grande desigualdade no Brasil e no campo educacional quando se refere em proporcionar qualidade de ensino e recursos necessários para obtenção do desenvolvimento de crianças com deficiência

Em relação a formação de professores também há uma lacuna, pois os professores precisam ter uma formação mais adequada para a realização de práticas educacionais. Essa lacuna acontece porque muitos professores não buscam se aperfeiçoar de conhecimentos relacionados a educação inclusiva, não fazem formação continuada e acabam deixando esses alunos de lado e além dos professores, a escola, sociedade e estado tapam os olhos e não buscam lutar por melhorias no ensino dessas crianças, faltam leis e políticas públicas mais eficientes e eficaz no que se refere a educação inclusiva, formação adequada e disponibilização de recursos adequados para que essa educação seja equitativa e de qualidade.

São muitos os desafios a serem enfrentados há uma necessidade em despertar o interesse de todos para que essa educação seja implementada de forma que todos possam obter acesso a educação e que todos possam usufruir de um ensino de alto nível.

Então, é preciso muita mudança no campo educacional, com isso, ressalta-se que é preciso melhorar a formação inicial com mudanças no currículo no que se refere a educação inclusiva, melhoria na formação continuada, que o estado e as escolas proporcione aos professores informações sobre deficiência e inclusão, leis, decretos e políticas públicas eficientes, recursos necessários, tecnologias assistivas em todas as escolas, salas de AEE em todas as escolas, entre muitas outras formas de proporcionar uma melhor educação para todos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M, S, F. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos.** Brasília: 2005.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em: 03 maio. 2023.

BARBOSA, R. S; SANTOS, T. **Educação Inclusiva.** Londrina. Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acessado em: 03 de maio de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: 03 de Maio de 2023.

em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2023

BRASIL. **Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou>. Acessado em: 12 de Maio de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Diário oficial da união.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou>. Acessado em: 14 de Maio de 2023.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>.

Acesso em:

01 mart. 2024..

BENCZIK, E, B, P. **Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade: atualização diagnóstica e terapêutica:** características, avaliação, diagnóstico e tratamento: guia de orientação para profissionais/ Edyleine Bellini Peroni Benczik; colaboradores: Luis Augusto P. Rohde, Marcelo Schmitz. – São Paulo: Casa do Psicólogo,2000.

BERSCH, R. **Assistiva • Tecnologia e Educação.** Porto Alegre • RS 2017.

Disponível em:

https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acessado em 16 de Fevereiro de 2024.

BUENO, J, G, S. **Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente.** São Paulo: Educ, 1993.

CARVALHO, A. L. **Os caminhos perversos da educação:** a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula. Cuiabá. Edftm, 2005.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva:** com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo. Cortez, 2000.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** 14^a ed. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.a edição.

Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acessado em: 27 de Maio de 2023.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6.ed. São Paulo: Atlas., 2008.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas., 2002.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. & TOSCHI M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 2a ed. São Paulo: Cortez, 2005 (Coleção Docência em Formação).

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1990.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** 13. Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015. Disponível em: <https://www.obbiotec.com.br/wpcontent/uploads/2022/04/OBJ-livro-Inclusao-Escolar.pdf>. Acessado em: 23 de Maio de 2023. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial No Brasil: História e políticas públicas.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Políticas públicas e formação docente para atuação com a diversidade. In: MARTINS, L. de A. R.; PIRES, J.; PIRES, G. N. L. (Org). Políticas e práticas educacionais inclusivas. Natal: EDUFRN, 2009. p. 73-91.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T.A. (ORG) **Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares.** Salvador: EDUFBA, 491 p., 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/12005/1/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf>. Acessado em 16 de maio de 2023.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.** Série: Educação inclusiva. v. 3 : a escola. Brasília: 2004.

MASSUD, S .L. G; LEITE, G. S. **Acompanhante Escolar e o Direito à Educação Inclusiva de Crianças Adolescentes com Deficiência.** Revista jurídica da Escola Superior do Ministério Publico, São Paulo. v. 21. P. 18., 2022. Disponível em:
https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/496. Acessado em 16 de Fevereiro de 2024.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
 RAMALHO, B. L.; BELTRÁN NÚÑES, I. **Diagnóstico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares.** Revista Educação em Questão, Natal, v. 40 , n. 26, p. 69 -96, jan./jun. 2011.

NÓVOA, A. **Os Professores e sua formação.** 3. ed. Lisboa-Portugal: Dom Quixote, 1992.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva.** Porto Alegre: Tecnologia e educação, 2013. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3472541/mod_resource/content/1/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 11 janeiro. 2024..

ROHDLE, L. A. P. & BENCIK, E. B. P. **Transtorno de atenção/hiperatividade: o que é?: Como ajudar?** Ed. Artes Médicas Sul, 1999.

SANTOS, V. A; MARTINS, A. V; BATISTA, K. B. S. **Ensino em Perspectivas,** Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2022. Disponível:
<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/download/8863/7349/35789>. Acessado em 27 de Agosto de 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Deficiência intelectual: realidade e ação.** São Paulo: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2012.

SILVA, C. L.; GARCEZ, L. **Educação inclusiva.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019. p. 262. Disponível em: http://cm-klscontent.s3.amazonaws.com/201901/INTERATIVAS_2_0/EDUCACAO_INCLUSIVA/U1/LIVRO_UNICO.pdf. Acessado: 19 de Maio de 2023.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 4 a Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, L, S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKI, L. S. **Fundamentos de defectología.** v. 5. La Habana: Pueblo y Educación, 1989.

VYGOTSKY, L. S; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Icone, 2003.

VYGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIGOTSKY, L. S. **Obras escogidas V:** fundamentos de defectología. Madrid: Visor, 1997.

L. S. Obras escogidas V- Fundamentos de Defectología. Madrid: Visor Distribuições, 1987

APÊNDICE A – ROTEIRO DA PESQUISA DE CAMPO

Parte 1 – Informações de perfil

1. Dados pessoais

Nome: _____

Telefones _____ para contato: _____

E-mail: _____

Idade: _____

2. Formação Acadêmica

Graduação: _____

IES _____ Ano: _____

Especialização: _____

_____ Ano: _____

Mestrado: _____

_____ Ano: _____

267

Doutorado: _____

IES _____ Ano: _____

IES

IES

Parte 2 – Questões a cerca da temática central da pesquisa

QUESTÕES

- Como ocorre o trabalho com alunos com deficiência?
- Quais as contribuições que sua vida acadêmica trouxe para a realização de práticas pedagógicas com alunos que possuem deficiência?
- Quais metodologias de ensino-aprendizagem você utiliza para atender às necessidades educacionais de alunos com deficiência?

- Como você caracteriza sua prática educativa em ambiente escolar?
- Quais dificuldades você enfrenta para ensinar alunos com deficiência?
- Como você planeja as atividades e avalia a apresentação de alunos com deficiência?
- Como ocorreu sua formação em relação a ensinar alunos com deficiência? Foi uma formação adequada.

Observação: Questões da Observação em sala

- Em que local está sendo ministrada a aula?
- Como está sendo ministrada a aula? (magistral, expositiva, dialogada, prática, etc).
- O (a) professor(a) está utilizando algum recurso? Se sim, qual(s), eles contemplam as necessidades especiais dos alunos?
- A prática pedagógica do professor é adequada para os alunos com necessidades especiais?
- Os alunos com necessidades especiais participam das aulas como os outros alunos?
- O (a) professor (a) aplica alguma atividade em classe ou passa alguma atividade para casa? São atividades práticas, questões dissertativas e/ de múltipla escolha? Essas atividades se adequam às necessidades especiais que algumas crianças possuem?
- É possível notar que o (a) professor (a) apresenta alguma dificuldade em ministrar a aula com alunos com necessidades especiais? Se sim, quais?

1.1



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS HERÓIS DO JENIPAPO – CAMPO MAIOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

O curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí do Campus Heróis do Jenipapo (Campo Maior/PI) desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando contribuir cada vez mais com a melhoria da Educação em nosso Estado. Cumprindo parte dessas atividades, os alunos que estão próximos a conclusão do curso realizam uma pesquisa como forma de construirem experiências como pesquisadores.

Neste sentido, gostaríamos de convidá-lo (a) para participar de uma pesquisa de iniciação científica intitulada **“EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SEUS CONTRIBUTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS”**. Este trabalho de pesquisa pretende: Compreender os contributos da formação inicial de professores nas práticas pedagógicas para uma educação inclusiva.

Esta pesquisa será realizada pela pesquisadora assistente, aluna do curso de Pedagogia, **Francisca Keilane da Silva Costa** e pela pesquisadora responsável, profa. **Me. Marina Marcos Costa**.

Para concretização desta investigação, iremos trabalhar com o seguinte procedimento metodológico, nos quais precisaremos de sua colaboração.

- Entrevistas: nortearão o nosso diálogo com os professores, com vistas compreender os contributos da formação inicial de professores nas práticas pedagógicas para uma educação inclusiva.

Essas entrevistas serão realizadas na instituição onde o profissional da educação trabalha, em horário diferente das suas demais atividades, gravadas em áudio e transcritas para serem analisadas posteriormente pelo pesquisador de forma sigilosa.

- Observação: Será feita a observação em sala de aula para a coleta de dados, com o intuito de absorver mais informações a respeito da temática.

Essa observação será realizada na instituição onde o profissional da educação atua, será feita a análise dos dados pelo pesquisador de forma sigilosa.,

- **Benefícios:** A contribuição deste trabalho ao participante será de grande importância pois poderá beneficiar na construção de reflexões consistentes e mais

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)

1.2

aprofundada acerca da temática, **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SEUS CONTRIBUTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**" com proveito direto/ indireto, imediato/posterior para o participante e para a comunidade uma vez que se buscará ampliar a discussão acerca do cenário das escolas de Educação Infantil no município de Campo Maior-PI, visando compor um quadro situacional que contribua com as reflexões quanto as condições da sala de aula e as condições da unidade educacional das creches e pré-escolas.

Com esse trabalho de pesquisa, temos o intuito de colaborar na construção de reflexões consistentes, que contribuam para o desenvolvimento da atuação desse profissional. Desta forma, ao participar você estará contribuindo para ampliar as discussões e produções científicas que visam aprimorar o direito à educação, a formação de professores e as práticas educativas.

A sua contribuição será de grande importância para a realização desse trabalho de pesquisa. No entanto, a participação é voluntária e sem nenhum custo para o participante. Mas, caso haja algum gasto, em virtude de sua participação na pesquisa, você será resarcido. A pesquisa não implicará em nenhum tipo de remuneração e você terá toda a liberdade de desistir quando avaliar necessário. Poderá ainda, se recusar a responder a qualquer questionamento que possa causar-lhe algum constrangimento. Caso ocorram situações de constrangimento, lhe daremos todo o suporte necessário para reduzir os possíveis danos causados.

• Riscos: Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa, os riscos para o participante envolvem a possibilidade de sentir-se desconfortável com algum questionamento, pela possibilidade de acessar questões emocionais relacionadas às suas vivências profissionais, em casa, na escola. Entretanto, caso isso aconteça, será dado suporte imediato ao participante e o mesmo recobre seu bem-estar emocional, se necessário buscar-se á suporte e acompanhamento psicológico para o participante e a pesquisa será suspensa imediatamente.

O participante poderá se sentir constrangido em algum momento com o risco de violar o sigilo das informações (isto só ocorrerá por acidente, pois dever-se-á seguir todas as normas constantes na Res. N° 466/12 e 510/16, ambas do (CNS/MS). Assegurar-se-á também ao participante o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário. Também estarão assegurados aos participantes o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação do dano causado pela pesquisa ao

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)

1.3

participante da pesquisa. Poderá entrar em contato com o pesquisador responsável a qualquer tempo para tirar qualquer tipo de dúvida em relação a pesquisa pelos telefones: 86 99957-4845, ou por e-mail: marinacosta@cpm.uespi.br ou por endereço institucional: Universidade Estadual do Piauí, Campus Heróis do Jenipapo, que fica na av. Santo Antônio s/n, bairro São Luís, telefone: (86) 3252- 1848.

As informações obtidas, durante os vários procedimentos da pesquisa, serão mantidas em sigilo, pois não haverá identificação do entrevistado, ao menos que requerido por lei ou por sua autorização. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e, posteriormente, na divulgação científica. O acesso aos dados para verificar informações somente será permitido ao próprio pesquisador, à equipe de estudo e ao Comitê de Ética referenciado.

O participante terá assegurado seu direito ao acesso aos resultados da pesquisa, que serão apresentados publicamente (sem identificação do entrevistado, conforme mencionado anteriormente) e a produção ficará disponível na Biblioteca da Universidade Estadual do Piauí, campus Heróis do Jenipapo, que fica na av. Santo Antonio s/n, bairro São Luís, em Campo Maior, PI e em artigos científicos.

Em caso de dúvida em relação às questões éticas dessa pesquisa, você pode buscar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí, – CEP UESPI, que é um colegiado independente, interdisciplinar, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo em por finalidade identificar, definir, orientar e analisar as questões éticas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos, individual e/ou coletivamente, direta ou indiretamente, observando a defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa no desenvolvimento dentro de padrões éticos. O CEP UESPI fica na Rua Olavo Bilac, n. 2335, Centro, cep: 64.001-280, em Teresina; tem o seguinte telefone para contato: (86)3221-6658 e o respectivo endereço de email: comitedeeticauespi@uespi.br

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)

1.4

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa:

_____, de _____ de 2023.
(Local) (Data)

Nome do pesquisador responsável: Marina Marcos Costa

Assinatura do pesquisador responsável: _____

Assinatura do participante: _____

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SEUS CONTRIBUTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Pesquisador: Marina Marcos Costa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74149623.1.0000.5209

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.569.675

Apresentação do Projeto:

Pesquisa de campo, qualitativa e exploratória. A coleta de dados será conduzida através de entrevistas semiestruturadas e observações, permitindo uma análise completa das percepções e práticas dos pedagogos. Serão selecionados 5 (cinco) pedagogos que atuam nos anos iniciais de uma escola municipal. Os critérios de escolha são ter licenciatura em Pedagogia e atuar no trabalho pedagógico com crianças com necessidades especiais, visando garantir que os participantes tenham um conhecimento sólido e uma vivência significativa na área. A análise de dados deste projeto seguirá a abordagem proposta por Bardin.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender os contributos da formação inicial de professores nas práticas pedagógicas para uma educação inclusiva

Objetivo Secundário:

Contextualizar a formação de professores no âmbito da educação inclusiva;

Compreender as concepções dos professores sobre educação inclusiva;

Verificar as práticas pedagógicas de professores que atuam com alunos com necessidades especiais, os recursos utilizados e os desafios enfrentados por esses professores.

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335

Bairro: Centro/Sul

CEP: 64.001-280

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3221-6658

Fax: (86)3221-4749

E-mail: comitedeeticauespi@uespi.br



Continuação do Parecer: 6.569.675

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos que a pesquisa oferece são mínimos e relacionam-se a possíveis constrangimentos que os participantes possam vir a encontrar diante de algumas perguntas feitas nos instrumentos de coleta de dados. No entanto, ressalta-se que estes riscos serão contornados por meio da interação dialógica entre pesquisador e pesquisado com a finalidade de proporcionar segurança e conforto durante a aplicação dos instrumentos, bem como a possibilidade do sujeito se abster de respostas que não se sentir confortável em responder. A pesquisadora responsável assume, conforme a Resolução Nº466/12 a assistência imediata e integral aos participantes em caso da ocorrência de danos, considerando-se o oferecimento de assistência emergencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite, bem como prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa.

Benefícios:

A contribuição deste trabalho ao participante será de grande importância pois poderá beneficiar na construção de reflexões consistentes e mais aprofundada acerca da temática com proveito direto/ indireto, imediato/posterior para o participante e para a comunidade uma vez que se buscará ampliar a discussão acerca das contribuições da formação de professores nas práticas pedagógicas no contexto da educação inclusiva no municipal de Campo Maior-PI. Desta forma, ao participar pode-se contribuir para ampliar as discussões e produções científicas que visam aprimorar os conhecimentos e reflexões sobre os desafios para condução da inclusão escolar no Brasil. Com esse trabalho de pesquisa, temos o intuito de colaborar na construção de reflexões consistentes, que contribuam para o desenvolvimento da atuação desse profissional. A contribuição do participante nesta pesquisa será de grande importância para a realização deste trabalho. No entanto, a participação é voluntária e sem nenhum custo para o participante. Mas, caso haja algum gasto, em virtude de sua participação na pesquisa, este será resarcido. A pesquisa não implicará em nenhum tipo de remuneração e o participante terá toda a liberdade de desistir quando necessário. Poderá ainda, se recusar a responder a qualquer questionamento que possa causar-lhe algum constrangimento. Caso ocorram situações de constrangimento, será fornecido todo o suporte necessário para reduzir os possíveis danos causados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa viável e de grande alcance social.

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335

Bairro: Centro/Sul

CEP: 64.001-280

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3221-6658

Fax: (86)3221-4749

E-mail: comitedeeticauespi@uespi.br



Continuação do Parecer: 6.569.675

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados:

- Folha de Rosto preenchida, assinada, carimbada e datada.
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em linguagem clara e objetiva com todos os aspectos metodológicos a serem executados;
- Declaração da Instituição e Infra-estrutura em papel timbrado da instituição, carimbada, datada e assinada;
- Projeto de pesquisa na íntegra (word/pdf);
- Instrumento de coleta de dados EM ARQUIVO SEPARADO(questionário/entrevista/formulário/roteiro);

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com a análise, conforme a Resolução CNS/MS Nº466/12 e seus complementares, o presente projeto de pesquisa apresenta o parecer APROVADO por apresentar todas as solicitações indicadas na versão anterior (assistência aos riscos e TCLE).

Considerações Finais a critério do CEP:

APRESENTAR/ENVIAR O RELATÓRIO FINAL APÓS O TÉRMINO DA PESQUISA.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2210740.pdf	26/11/2023 20:15:49		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_Keilane.pdf	26/11/2023 20:15:37	Marina Marcos Costa	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto2.pdf	12/09/2023 18:46:14	Marina Marcos Costa	Aceito
Outros	roteiro_entrevista_2.pdf	09/09/2023 15:38:09	Marina Marcos Costa	Aceito
Outros	roteiro_observacao_2.pdf	09/09/2023 15:37:37	Marina Marcos Costa	Aceito
Orçamento	orcamento_2.pdf	09/09/2023 15:31:51	Marina Marcos Costa	Aceito
Cronograma	cronograma_2.pdf	09/09/2023 15:31:36	Marina Marcos Costa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	projeto_de_pesquisa_keilane.pdf	09/09/2023 15:26:55	Marina Marcos Costa	Aceito

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335

Bairro: Centro/Sul

CEP: 64.001-280

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3221-6658

Fax: (86)3221-4749

E-mail: comitedeeticauespi@uespi.br



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PIAUÍ - UESPI**



Continuação do Parecer: 6.569.675

Investigador	projeto_de_pesquisa_keilane.pdf	09/09/2023 15:26:55	Marina Marcos Costa	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_pesquisador_2.pdf	09/09/2023 15:19:02	Marina Marcos Costa	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_instituicao.pdf	09/09/2023 15:18:39	Marina Marcos Costa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 11 de Dezembro de 2023

Assinado por:

**LUCIANA SARAIVA E SILVA
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335	CEP: 64.001-280
Bairro: Centro/Sul	
UF: PI	Município: TERESINA
Telefone: (86)3221-6658	Fax: (86)3221-4749
	E-mail: comitedeeticauespi@uespi.br